

Diante do contexto cabe o questionamento, qual a importância da instalação de indústrias na cidade de Vitória da Conquista, no que tange desenvolvimento regional, geração de emprego e renda no período de 2000 a 2006?

A escolha do tema surgiu através do interesse pelo quadro econômico que o Estado da Bahia se encontra, onde se destaca seu crescimento econômico, em parte propiciado por novas indústrias implantadas em um novo processo, as quais estão sendo interiorizadas, ou seja, implantadas fora da região metropolitana de Salvador-RMS.

Novas indústrias exercem impacto econômico nas cidades, atraindo capital, gerando postos de trabalho, aumento da riqueza, evolução do PIB (Produto Interno Bruto), destacando a importância que o setor tem na cidade de Vitória da Conquista, para seu crescimento econômico.

O trabalho tem por finalidade mostrar o comportamento do governo do Estado da Bahia perante o processo recente de industrialização pós década de 90 em Vitória da Conquista, seu planejamento para estimular o crescimento econômico, instalação de novas indústrias e a geração de emprego.

Algumas características são de relevante importância neste processo, já que, o modelo adotado para implantação de novas indústrias tem influência do capitalismo neoliberal, aborda o desenvolvimento regional, modelo de produção flexível, interiorização das indústrias, privilegiando regiões periféricas de áreas já desenvolvidas e regiões com vocações industriais bem definidas, diversificação e consolidação das cadeias produtivas transformando o perfil da economia em produtor de bens finais.

O tema é constantemente explorado devido à importância de se levantar dados, dimensionar e avaliar políticas públicas implantadas. Toda sociedade, órgãos do governo do Estado e também a classe empresarial estão preocupados com a qualidade das políticas e seus alcances.

Em termos práticos, o objetivo desta pesquisa é estudar o programa de instalação de novas indústrias, criado pelo governo do Estado, e se este proporcionou crescimento econômico para o município de Vitória da Conquista.

Cabe assinalar, que os objetivos específicos desse estudo, procuram teorizar aspectos do crescimento e desenvolvimento econômico, desenvolvimento regional, perspectivas recentes da indústria baiana, neoliberalismo das indústrias, planejamento do governo do Estado, produção flexível, apresentar evolução da implantação de indústrias, avaliar crescimento econômico num período pré-determinado e buscar dados que comprovem a geração de emprego no setor, proporcionado pela dinâmica industrial.

Para auxiliar o desenvolvimento das investigações de pesquisa, foi formulada a seguinte pergunta:

As novas indústrias implantadas na Cidade de Vitória da Conquista promoveram o crescimento econômico?

As variáveis utilizadas para destacar este crescimento econômico são a geração de emprego e evolução do PIB. A política adotada mostra a interiorização industrial, ampliação da matriz industrial e incorporação de indústrias produtoras de bens finais.

Essa pesquisa encontra-se inserida na área de interesse da ciência Econômica e afim, apoiada nos pressupostos teóricos do Modelo de Crescimento Econômico, por ser até o momento, a maior amplitude para abordar o tema.

O trabalho está organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta a introdução, estado da arte, os conceitos norteadores para desenvolvimento da pesquisa, teoria de base utilizada e a metodologia.

O segundo apresenta conceitos que explicam o desenvolvimento econômico, regional e as teorias recentes de desenvolvimento regional baseada na automação, produção flexível e desregulamentação econômica.

No terceiro capítulo, destaca-se a estrutura econômica atual do Estado da Bahia, o planejamento político para as indústrias e o modo de produção flexível utilizado pelas indústrias aqui instaladas.

O quarto capítulo apresenta um breve histórico econômico da cidade de Vitória da Conquista entre os anos de 1940 e 1980, a implantação de indústrias na sua economia, o destaque que o setor calçadista tem na criação de postos de trabalho e as novas perspectivas industriais, no que tange a instalação de novos empreendimentos e a geração de novos postos de trabalho.

Por fim, na conclusão, retorna-se a assertiva formalizada na hipótese, buscando sua validação respaldada nos resultados obtidos do trabalho empírico e no referencial teórico - metodológico utilizado. Logo a seguir, é feita uma breve abordagem conclusiva.

1. Revisão bibliográfica

Tendo em vista, a natureza e objetivos analíticos requeridos pela pesquisa, desenvolve-se neste tópico o estado da arte, os aspectos conceituais e teoria, relativos às variáveis da hipótese em que está consubstanciada a análise pretendida.

1.1 Estado da arte

Alguns pesquisadores fizeram estudo sobre a problemática dos impactos econômicos a partir dos diferentes paradigmas. Entre os trabalhos divulgados em nível nacional, destacam-se;

O desenvolvimento econômico está relacionado com mudanças na estrutura econômica, política e social de determinada localidade.

Pode-se distinguir o desenvolvimento econômico quando há uma melhoria na qualidade de vida, um crescimento do padrão de vida das pessoas, aumento do conforto, ou seja, há uma melhor distribuição de renda, políticas públicas que visam bem estar das pessoas, refletidos pelo processo de transformação econômica. (PEREIRA, 2003, p.32).

Um modelo de intervenção definido na formulação de uma estratégia de desenvolvimento industrial requer não apenas políticas públicas tecnicamente bem engendradas, mas também, o fortalecimento de instituições que as sustentem, construção de infra-estrutura que dê suporte e montagem de um sistema de incentivos que estimule a adesão dos atores envolvidos. (UDERMAN, 2002, p.131)

O período que se inicia em 1994, com implantação do Plano Real, até os dias atuais no ano de 2006, tem como característica a redução acentuada dos instrumentos e das políticas

orientadas para redução de desigualdades regionais em todo o Brasil. É neste contexto que vários Estados procuram reduzir o impacto desse processo criando incentivos fiscais e financeiros, bem como, outros mecanismos que atuassem como fatores de atração de investimentos. (AVENA, 2006, p.13).

Várias correntes de pensamento atuais têm se voltado para explicação do sucesso dos arranjos produtivos locais, enfatizando a questão das externalidades e evoluindo, do ponto de vista estratégico, para propostas de criação de distritos industriais, ambientes inovadores e clusters econômicos (AMARAL FILHO,1999), que de certa forma contribuem para endogeneização e descentralização dos processos decisórios e executivos.

1.2 Conceitos norteadores

Neste cenário de investimentos e desenvolvimento regional, sob a ótica da estratégia do desenvolvimento industrial nas regiões periféricas do Estado, densificação de indústrias e descentralização das mesmas, a cidade de Vitória da Conquista também foi contemplada com a instalação de novas indústrias.

O desenvolvimento regional se destaca neste contexto como um dos pilares a serem discutidos e demonstrados.

Para Lopes, o conceito de desenvolvimento regional tem sua característica própria que difere do crescimento, colocado nestes termos:

A concepção de Desenvolvimento Regional que se adotará – deseja-se que fique perfeitamente claro – assenta em conceitos de desenvolvimento e não de crescimento, apenas, como tantas vezes simplisticamente acontece. Considera-se que ao desenvolvimento, na grande maioria dos casos e particularmente em situações de subdesenvolvimento, interessa o crescimento; mas ter-se-á sempre presente que este apenas interessa como meio ou instrumento ao serviço daquele e não como objetivo em si. Nestas condições tem-se a noção da maior complexidade das abordagens a empreender, mas não se tem dúvidas da sua maior validade. É tempo de assentar em que a evolução das sociedades não deve medir-se pela quantidade bruta, global, indiscriminada, dos bens e serviços que produz, embora necessariamente para caracterizar essa evolução interesse o grau de disponibilidade, para todos, dos bens e serviços básicos; mas há aspectos qualitativos e de distribuição que têm de ser considerados também como grau de evolução social [...]. (LOPES, 2001, p.7-8).

O atual momento de industrialização na economia baiana está moldado não só nas bases do desenvolvimento regional, mas também, no modelo de acumulação flexível e na produção neoliberal.

Este novo modelo de produção implica uma nova forma, um novo ajuste na estrutura produtiva, onde o padrão de acumulação flexível pode ser descrito no trecho abaixo:

Tentando reter seus traços constitutivos mais gerais, é possível dizer que o padrão de acumulação flexível articula um conjunto de elementos de continuidade e de descontinuidade que acabam por conformar algo relativamente distinto do padrão taylorista / fordista de acumulação. Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolvendo-se em uma estrutura produtiva flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho” dos grupos “semi-autônomos”, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que preserva na essência, as condições de trabalho alienado e estranhado. (ANTUNES, 1999, p.52).

Na produção neoliberal acredita-se que a vida econômica é regida pelo livre mercado e por livres decisões individualizadas, onde sua mola mestra são os preços. Mas defendem que o mercado teria que ser disciplinado pelo estado, para que se assegure a sua sobrevivência. (SANDRONI, 2004, p.421)

Em 2004, foi implantado em Vitória da Conquista Indústrias Alimentícias Maratá Ltda, iniciando suas atividades abrindo 80 novos postos de trabalho.

Também em 2004 chega a Vitória da Conquista, no seguimento calçadista a Dilly Nordeste Ltda, abrindo 1500 postos de trabalho, a Fonthe Nordeste Ind.Com.de Calçados (Kappa), abrindo 400 vagas e a Umbro Nordeste Indústria e Chuteira e vestuário Comércio de Calçados Ltda. disponibilizando 800 vagas para empregar mão-de-obra na cidade.

Estas indústrias receberam investimento público, para que as mesmas obtivessem condições e perspectivas em seu favor na instalação de suas plantas industriais.

Em 2004, investimentos foram disponibilizados para instalação de infra-estrutura de plantas industriais. A Dilly em Vitória da Conquista recebeu em 5/08/2003 R\$ 14.924,00 reais, a Kappa-Umbro recebeu em 07/05/2004 R\$ 4.998,00 reais.

Entre os anos de 2003-2006, as 193 empresas implantadas no Estado da Bahia, geraram um total de 43.383 postos de trabalhos relativos aos empreendimentos industriais.

O destaque vai para o setor de calçados, que empregou 16.638 pessoas, representando 38,9% do montante de mão-de-obra absorvida pelos empreendimentos industriais, no período.

1.3 Teoria de base

A teoria de base para identificar o processo de industrialização após a década de 90 no Estado da Bahia, mais especificamente na cidade de Vitória da Conquista, é o modelo de produção flexível, que chegou à América Latina com o processo de Globalização, abertura de mercado e estabilização da moeda.

Uma nova conjuntura econômica mundial manifestou-se durante a década de 90, devido o processo de globalização da produção, do comércio e das finanças. Estes acontecimentos possibilitaram a inserção dos países emergentes nos fluxos financeiros internacionais, ou seja, houve uma elevação de liquidez por parte dos países desenvolvidos, que, conseqüentemente, disponibilizarão para mercados financeiros de países emergentes. A partir do ocorrido, acontece a desregulamentação da economia, a qual é qualificada através da abertura comercial, da flexibilidade de mercado e da redução da intervenção pública. (WANDERLEY, 2005, p.40)

O movimento global da economia é proporcionado pelo surgimento de novas tecnologias e da desregulamentação dos mercados real e financeiro. O quadro atual do setor produtivo exige alto teor de capital, tanto físico como humano, pressupondo maior eficácia no retorno das inversões, bem como tem enfrentado dificuldades nas decisões que tange seus

investimentos, em função do acirramento da competição que é um fator de incertezas de rentabilidade, e também do rápido incremento no fluxo de capital financeiro, onde parte deste é especulativo e não gera riqueza real. (WANDERLEY, 2005, p.31).

Com a introdução dos princípios da economia neoliberal , ou seja, livre mercado com mínima atuação do estado, dando suporte teórico a flexibilidade do mercado, o sistema de planejamento público e a coordenação estatal são substituídos pela auto regulação do mercado. Nestes termos tem-se o governo reduzido a uma ação institucional indireta, através de agencias reguladoras distribuídas setorialmente e de agencias executivas e de desenvolvimento. As inovações tecnológicas refletem essas mudanças, reforçando o poder do capital sobre as instituições públicas e do estímulo a flexibilidade da produção do mercado. É neste contexto que se tem observado parceria pública privado, praticas de incentivos fiscais, financeiros e de implantação de infra-estrutura física do poder público para viabilizar investimentos. (WANDERLEY, 2005, p.32).

1.4 Metodologia

O desenvolvimento deste trabalho está condicionado na sua abordagem metodológica, uma revisão bibliográfica do tema, através da literatura publicada, no que tange aspectos econômicos e industriais da cidade de Vitória da Conquista.

Neste estudo foram selecionadas quatro indústrias localizadas na cidade de Vitória da Conquista, em que sua implantação compreende o período de 2000 a 2006, visualizando os benefícios concedidos pelo governo do estado da Bahia para sua implantação bem como a geração de emprego.

O trabalho também será subsidiado na sua análise por artigos científicos publicados, revistas especializadas e sites especializados.

O procedimento de coleta de dados disponibilizará a quantidade de empregos gerados no período, perspectiva de geração de novos empregos e sua evolução.

A variáveis utilizadas na organização da monografia será o emprego e evolução do PIB.

Também, será coletado dado junto a órgãos como o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia – e SEI – Superintendência de estudos Econômicos e Sociais da Bahia ,SEPLAN - Secretaria do Planejamento, SEPLANTEC - Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia

Após finalização do trabalho, serão apresentados os resultados de dados coletados, demonstrados em tabelas e gráficos e as demais informações que tangem obtenção dos dados e comprovação ou não da hipótese do trabalho e sua conclusão.

2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

2.1 Conceito de desenvolvimento econômico

O desenvolvimento econômico está diretamente relacionado com mudanças na estrutura econômica, política e social de determinada localidade, região ou país. Este desenvolvimento ocorre devido a transformações ao longo dos tempos. Pode ter início através de um conjunto de fatores da sua conjuntura econômica, com reflexos a curto e médio prazo, mas, principalmente com a mudança da sua estrutura econômica e social, pois, esta proporcionará elementos relativamente estáveis para uma totalidade econômica a longo prazo. Segundo Pereira (2003, p.31) o fenômeno caracteriza-se como:

Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. Não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorializado [...] Se o desenvolvimento econômico não trouxer consigo modificações de caráter social e político; se o desenvolvimento social e político não for a um tempo o resultado e a causa de transformações econômicas, será porque de fato não tivemos desenvolvimento.

Pode-se distinguir o desenvolvimento econômico quando há uma melhoria na qualidade de vida, um crescimento do padrão de vida das pessoas, aumento do conforto, ou seja, há uma melhor distribuição de renda, políticas públicas que visam o bem-estar das pessoas, refletidos pelo processo de transformação econômica. (PEREIRA, 2003, p.32)

Segundo Pereira (2003, p.32), a melhoria em questão, é do padrão de vida e não da renda *per capita*. A renda *per capita* também é um indicador do aumento da renda, mas se esta renda não for distribuída não identificaremos uma melhora na qualidade de vida. Esta diferenciação é descrita da seguinte maneira, por Pereira:

A melhoria dos padrões de vida, aumento do bem estar, é um objetivo universalmente aceito pelas sociedades modernas. Torna-se, pois, mais significativo identificar o desenvolvimento com aumento do padrão de vida. Por outro lado, embora a renda *per capita* seja uma medida do padrão de vida, é uma medida deficiente. Muitas vezes cresce a renda por habitante sem que haja aumento no padrão de vida, a não para uma parcela mínima de privilegiados dentro da população. Quando isso acontece, é provável que não tenhamos transformações políticas e sociais, o crescimento da renda terá sido aleatório e instável e é certo que não poderemos falar em desenvolvimento econômico. (PEREIRA, 2003, p.32)

De acordo com Pereira (2003, p.31) há uma interdependência entre os fatores determinantes do desenvolvimento, ou seja, um fator depende de outro para que em conjunto seja possível acontecer às mudanças necessárias do processo. Em uma sociedade, suas relações são constituídas por fatores econômicos, como também fatores sociais e políticos. Deste modo quando algumas das relações sofrem alterações, conseqüentemente as outras receberão as influencias das modificações. Havendo modificações reais na estrutura econômica, estas repercutirão nas estruturas políticas e sociais e vice-versa.

Segundo Furtado (1983, p. 77) a idéia de desenvolvimento, sob o ponto de vista da análise econômica, teve como ponto decisivo, no contexto histórico, a definição de fluxo de renda, cuja expansão é suscetível de expressão quantitativa. O aumento do fluxo de renda, por unidade de força de trabalho utilizada, é aceito como melhor indicador do processo de desenvolvimento econômico. O aumento do fluxo de renda é determinado pelas modificações nas técnicas de produção, como também do aumento da dotação de capital, renda destinada por pessoa ocupada. Ainda em Furtado (1983, p. 78) o conceito de desenvolvimento abrange a idéia de crescimento. Ele descreve esta abrangência nos seguintes termos:

Assim, o conceito de desenvolvimento compreende a idéia de crescimento, superando-a. Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social. Porque deve satisfazer às múltiplas necessidades de uma coletividade é que o conjunto econômico nacional apresenta sua grande complexidade de estrutura. Esta sofre a ação permanente de uma multiplicidade de fatores sociais e institucionais que escapam à análise econômica corrente. (FURTADO, 1983, p.78)

Na sua análise, Furtado (1983, p.79) descreve que o crescimento é o aumento da produção, ou seja, do fluxo de renda, ao nível de um subconjunto econômico especializado, e que o desenvolvimento é o mesmo fenômeno quando observado do ponto de vista de suas repercussões no conjunto da estrutura complexa.

Portanto, pode-se constatar que no processo de desenvolvimento, a expansão do fluxo de renda é resultante do aumento da produtividade média do fator trabalho decorrente da acumulação de capital e avanço da técnica no processo produtivo, onde acarretara uma série de modificações nas relações e proporções internas do sistema econômico. Após essas definições que relacionam uma linha de pensamento para se chegar ao conceito de desenvolvimento, o autor sintetiza o desenvolvimento:

Sintetizando, o desenvolvimento tem lugar mediante aumento de produtividade ao nível do conjunto econômico complexo. Esse aumento de produtividade (e da renda per capita) é determinado por fenômenos de crescimento que têm lugar em subconjuntos, ou setores, particulares. As modificações nas relações e proporções internas do sistema econômico, as quais têm como causa básica modificações na forma de produção, mas que, não se poderiam concretizar sem modificações na forma da distribuição e utilização da renda. (FURTADO, 1983, p.79).

Segundo Pereira (2003, p.32) para que ocorra o desenvolvimento, a melhoria do padrão de vida da população deverá tender a ser automática, autônoma e necessária. Estes três pontos se interligam na conjuntura tornando possível e contínuo o processo de desenvolvimento. A partir do momento que o processo de desenvolvimento econômico passa a gerar a si mesmo, esta melhoria será automática. Pode-se exemplificar tal fato quando observando um país, verifica-se que o mesmo atinge o estágio de capitalismo comercial, em que o reinvestimento estimulado pelo lucro torna-se a regra, o desenvolvimento se automatiza. Ao atingirmos o estado capitalista mais avançado, em caráter industrial, além de ser automático, o desenvolvimento tende a ser necessário, na medida em que o reinvestimento e os crescimentos das empresas tornam-se uma condição de sobrevivência das mesmas.

Pode-se constatar que o desenvolvimento ocorre através estágios que um país deve passar para que de fato ocorra o desenvolvimento. O desenvolvimento faz parte uma estrutura complexa que é alcançada pela própria necessidade de transformações políticas, produtivas e sociais, pelo seu modo de produção capitalista ou socialista de uma região ou país, e que atenda uma coletividade.

Dentro desses estágios, a tendência da autonomia do crescimento da renda, que caracteriza o desenvolvimento, permite dizer que uma vez iniciado o processo de desenvolvimento, implica que o mesmo encontrara dinâmicas no seu próprio curso que permitirão gerar a si mesmo de forma necessária, especialmente no seu mercado interno. (PEREIRA, 2003, p.32)

Ainda buscando o conceito desenvolvimento econômico, para que tenhamos uma imagem de como funciona o mecanismo econômico, é preciso primeiramente pensar num Estado organizado comercialmente, no qual vigorem a propriedade privada, a divisão do trabalho e a livre concorrência, (SCHUMPETER, 1982, p.46). Seguindo esta análise de Schumpeter, destaca algumas características para se entender o desenvolvimento:

Entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e, portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica. (SCHUMPETER, 1982, p.47)

Conforme Schumpeter (1982, p.47) todo processo de desenvolvimento econômico é determinado pelo desenvolvimento precedente, mas na sua análise ele abstrai este parâmetro e adota que o desenvolvimento surgisse de uma situação sem desenvolvimento. Neste contexto, todo processo de desenvolvimento cria pré-requisitos para o seguinte. Continuando uma seqüência de acontecimentos, a forma desse último é alterada e as coisas se desenrolarão de modo diferente do que teriam feito se cada fase concreta do desenvolvimento tivesse sido primeiro levado a criar suas próprias condições.

Em suas proposições Schumpeter (1982, p.48) destaca que a análise parte sempre da satisfação das necessidades, visto que, são o fim de toda a produção, e a situação econômica dada em qualquer momento deve ser entendida a partir desse aspecto. Entretanto, é o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores são induzidos por ele, se necessário, pois, o produtor tem o poder de mostrar ao consumidor que ele tem necessidade de consumir coisas novas, o consumidor é ensinado a consumir produtos diferentes, coisas que

diferem em um aspecto ou outro daqueles que tinha hábito de usar, sempre disponibilizando bens que substituam outros que já são usados.

Ainda de acordo com Schumpeter (1982, p.48) para se criar uma nova estrutura em que se possa chamar de desenvolvimento propriamente dito, se faz necessário um fenômeno novo na produtividade, ou seja, que novas combinações apareçam descontinuamente, com a realização de novas combinações dos meios de produção. Schumpeter (1982, p.48-49) fala mais detalhadamente do fenômeno no trecho abaixo:

Esse conceito engloba cinco casos seguintes: 1) Introdução de um novo bem, ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estejam familiarizados - ou de uma nova qualidade de um bem. 2) Introdução de um novo método de produção, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada numa descoberta científica nova, e pode consistir também em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria. 3) Abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado em que o ramo particular da indústria de transformação de um país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes ou não. 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semi-manufaturados, mais uma vez independentemente do fato de que essa fonte já exista ou teve que ser criada. 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio, ou a fragmentação de uma posição de monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio.

A descrição dos autores, sobre o conceito de desenvolvimento econômico, pode nos dar uma visão mais ampla do que seria o desenvolvimento. Cada autor constituiu seu método de análise e sua linha de pensamento para explicar a origem do processo, como ele ocorre, as transformações necessárias, colocando também seus efeitos políticos, sociais e econômicos. Também é esclarecido que o fenômeno só ocorre devido a acontecimentos históricos, precedentes econômicos e toda uma gama de transformações que irão construir este conceito.

Sobre este conceito, Pereira (2003, p.33) destaca principalmente o contexto histórico que uma região ou um país precisa passar para que ocorra o desenvolvimento, em outras palavras, o desenvolvimento de um país tem um princípio bastante definido, e só ocorre quando o sistema econômico em que ele ocorre torna-se predominantemente capitalista ou socialista.

Na visão de Furtado (1983, p.80) tem-se como principal condicionante, no sentido de criar um conceito para desenvolvimento, o fluxo de renda, cuja expansão pode ser mensurada

quantitativamente. Esse fluxo de renda depende de fatores relacionados às técnicas de produção, quanto do aumento da dotação do capital por pessoa economicamente ativa. Portanto, o aumento do fluxo de renda depende diretamente do aumento da produtividade e da acumulação do capital.

A teoria de Schumpeter (1982, p.48) nos mostra também o conceito de desenvolvimento, fundada nas transformações dos ciclos econômicos e da quebra do equilíbrio desse processo. Mas o ponto em que destaca o conceito é a necessidade de novas combinações no processo produtivo, baseado no investimento, ou seja, o conceito de desenvolvimento econômico é dependente de uma constante inovação no processo produtivo.

Conforme Shumpeter (1982, p.48), ele descreve no trecho abaixo as características necessárias sobre o que é produzir gerando o fenômeno chamado desenvolvimento através do que ele chama de novas combinações:

Produzir significa combinar materiais e forças que estão ao nosso alcance. Produzir outras coisas, ou as mesmas coisas com método diferente, significa combinar diferentemente esses materiais e forças. Na medida em que as “novas combinações” podem, com o tempo, origina-se das antigas por ajuste contínuo mediante pequenas etapas, há certamente mudança, possivelmente há crescimento, mas não um fenômeno novo nem um desenvolvimento em nosso sentido. Na medida em que não for este o caso, e em que as novas combinações aparecerem descontinuamente, então surge o fenômeno que caracteriza o desenvolvimento. Por motivo da conveniência de exposição, quando falamos em novas combinações de meios produtivos, só estaremos nos referindo doravante ao último caso. O desenvolvimento, no sentido que lhe damos, é definido então pela realização de novas combinações.

Toda fundamentação teórica aqui empregada descreve o conceito de crescimento e desenvolvimento econômico, mas pode-se perceber que o pilar para que ele ocorra, é que exista um o modo de produção como precedente, esta é a base, é o ponto de partida para que ocorram todas as transformações econômicas políticas e sociais. Este processo de transformações no processo produtivo, transformações políticas econômicas e sociais, crescimento e desenvolvimento econômico de uma região ou país, também significa desenvolvimento social.

2.2 Conceito de Desenvolvimento Regional

Segundo Wanderley (2005, p.31) a questão do desenvolvimento regional é explorado na literatura sob várias formas de análises. Muitos estudos foram feitos envolvendo diferentes referências e estratégias apresentando uma diversidade de formas de desenvolvimento, que podem ser enquadrados através de modelos determinísticos, de linhagem schumpeteriana, fundados nos princípios clássicos de equilíbrio de mercado, de bases estruturalistas e mais recente, calcado em padrões endógenos, em uma dada escala regional.

De acordo com Lopes (2001, p.6) os estudos com fundamento regional são relativamente recentes, mesmo ocorrendo algumas manifestações, alguns estudos a este respeito. Assim Lopes descreve sua afirmação:

Os estudos sistemáticos de base regional são relativamente recentes e, embora haja manifestações anteriores, pode dizer-se que despertaram no pós-guerra com o aparecimento das primeiras organizações internacionais ligadas a este campo de interesses e com o lançamento de programas de ensino e investigação; e o surto viria a ser extremamente rápido traduzindo-se, só nos Estados Unidos, em 1957, na existência de cerca de 140 universidades onde tais estudos eram devolvidos e no interesse crescente dos governos dos mais variados países para abordagens que pretendiam naturalmente ultrapassar simples objetivos de análises para situarem no campo mais complexo das políticas.

No início destes estudos sistematizados, não se admitia que o interesse concedido à análise espacial da economia, através da necessidade de considerar a variável espaço, teve como ponto de partida preocupações de desenvolvimento econômico-social ou por conhecimento adquirido sobre o grau de importância das relações de dependência ou interdependência, já que, os primeiros estudos de base regional sistemáticos, foram originados, determinados por preocupações de crescimento, por vezes chamada de progresso (LOPES, 2001, p.6).

O início dos estudos sobre desenvolvimento regional teve origem no aproveitamento integral de certos espaços, em que, estudos feitos pelos Estados Unidos, décadas de 20 e 30, com a experiência do TVA (Tennessee Valley Authority), aproximaram-se timidamente de

uma tentativa de organização do espaço, com aproveitamento integral dos recursos naturais, com preocupações de crescimento, lançando precedentes para experiências européias (LOPES, 2001, p.6-7). Para Lopes o conceito de desenvolvimento regional tem sua característica própria que difere do crescimento, colocado nestes termos:

A concepção de Desenvolvimento Regional que se adotará – deseja-se que fique perfeitamente claro – assenta em conceitos de desenvolvimento e não de crescimento, apenas, como tantas vezes simplisticamente acontece. Considera-se que ao desenvolvimento, na grande maioria dos casos e particularmente em situações de subdesenvolvimento, interessa o crescimento; mas ter-se-á sempre presente que este apenas interessa como meio ou instrumento ao serviço daquele e não como objetivo em si. Nestas condições tem-se a noção da maior complexidade das abordagens a empreender, mas não se tem dúvidas da sua maior validade. É tempo de assentar em que a evolução das sociedades não deve medir-se pela quantidade bruta, global, indiscriminada, dos bens e serviços que produz, embora necessariamente para caracterizar essa evolução interesse o grau de disponibilidade, para todos, dos bens e serviços básicos; mas há aspectos qualitativos e de distribuição que têm de ser considerados também como grau de evolução social [...]. (LOPES, 2001, p.7-8),

Segundo Wanderley (2005, p.31) a questão do desenvolvimento regional é explorado na literatura sob várias formas de análises. Muitos estudos foram feitos envolvendo diferentes referências e estratégias apresentando uma diversidade de formas de desenvolvimento, que podem ser enquadrados através de modelos determinísticos, de linhagem shumpeteriana, fundados nos princípios clássicos de equilíbrio de mercado, de bases estruturalistas e mais recente, calcado em padrões endógenos, em uma dada escala regional.

Na visão de Wanderley, teorias tradicionais já não disponibilizam completamente todos os aspectos necessários para se caracterizar o desenvolvimento regional. Sobre essa perspectiva ele descreve:

Tendo em vista as teorias tradicionais que não respondem, em sua plenitude, aos novos padrões dos processos produtivos, da gestão empresarial e da locação espacial, os novos parâmetros são resultados, respectivamente, das atuais inovações tecnológicas, das gestões de fluxo em detrimento à economia de estoque, e fragmentação regional. (WANDERLEY, 2005, p.31)

Conforme Wanderley (2005, p.33) diversos modelos de desenvolvimento contribuíram perante a literatura tradicional de economia regional. Todos esses modelos estão

apoiados em diferentes matrizes teóricas que caminharam juntas às influências de pensamentos clássicos, schumpeteriano, keynesianos e de fundamentos estruturalistas.

De acordo com Sampaio (2005, p.51) a teoria do desenvolvimento regional, tem uma relação com a noção de Espaço, a partir da contribuição clássica as análises da disposição das atividades produtivas sobre a superfície terrestre. Essas teorias clássicas de localização têm como principais autores Von Thunen – A teoria do Estado Isolado(1826), Weber – Teoria da Localização Industrial(1909), Christaller – A Teoria dos Lugares Centrais(1933) e Lösch – A Ordem Espacial da Economia(1940).

Outras teorias de desenvolvimento regional, com ênfase nos fatores de aglomeração, também se destacam no processo de evolução das teorias, com destaque para Perroux (1955) - Pólos de Crescimento, Myrdal (1956) – Causação Circular e Acumulativa e Hirschman(1958) – Efeitos para frente e para trás.

Segundo Cavalcante, a Teoria do Estado Isolado, modelo de Von Thunen, era baseado em um modelo representativo de uma região particular, de forma circular, assim ele descreve o modelo:

Trata-se de um modelo que, através de uma formulação matemática elegante, procura determinar o ponto de maximização da renda da terra em diferentes localizações em condições de mercado levando em consideração os custos de transporte. O modelo procura mostrar que, fixadas as demais condições (inclusive de produtividade), no entorno de uma cidade onde estaria concentrado o mercado, a terra seria usada para plantar o produto com maiores custos de transporte. Na medida em que houvesse um afastamento da cidade, a terra seria usada para produtos cujos custos de transporte fossem menores, resultando em círculos concêntricos em torno da cidade dedicados ao plantio de produtos com custos de transporte inversamente proporcionais à sua distância da cidade. (CAVALCANTE, 2002, p.7)

Segundo Cavalcante (2002, p.9) após a teoria de Von Thunen de 1826, o economista Alemão Alfred Weber publica - Teoria da Localização Industrial. Na sua teoria, Weber admite na sua análise que a decisão quanto a localização de atividades industriais estariam condicionados sob a ótica de três fatores: O custo de transporte, o custo de mão-de-obra e um “fator Local” decorrentes das forças de aglomeração e desaglomeração. Cavalcante (2002, p.9-10) descreve melhor estes três fatores analisados por Weber no trecho abaixo:

Com relação aos custos de transporte, Weber (1909) postula que as indústrias tendem a instalar-se onde os custos de transporte de matérias-

primas e produtos finais sejam mínimos. [...] procura-se a localização “ótima” para a atividade. Ao assumir que a mão-de-obra não teria mobilidade espacial, Weber pondera que as variações regionais no seu custo exercem também influência na decisão da localização das empresas. [...] Weber admite que os menores custos da mão-de-obra compensarem os maiores custos de transporte, as indústrias tenderão a localizar-se nas regiões onde aquele custo for inferior.

Outra contribuição clássica no conceito de espaço segundo Cavalcante (2002.p.10 - 11) foi o geógrafo alemão Walter Christaller, que em seus estudos procura compreender “as leis que determinam o número, tamanhos e distribuição das cidades”, entendida como “lugares centrais” que distribuiriam bens e serviços para a região no seu entorno. Em seus estudos Cavalcante (2002.p.11) Christaller identificou que:

Ao analisar a distribuição espacial das cidades no sul da Alemanha, Christaller pode constatar que elas eram aproximadamente equidistantes entre si. Ao tentar explicar os arranjos especiais observados. Christaller define então o conceito de limiar (nível mínimo de demanda que asseguraria a produção de um determinado bem ou serviço), a partir do qual se passa a obter rendimentos crescentes. Ao definir o alcance de um bem ou serviço, isto é, “a maior distância que a população dispersa se dispõe a percorrer objetivando adquirir um bem ou utilizar um serviço”, Christaller pode então estabelecer uma espécie de hierarquia entre cidades, uma vez que quanto maiores o limiar e o alcance de um bem ou serviço menor será o número de cidades aptas a oferecê-lo. Em resumo, Christaller admite que a produção de bens e serviços nas cidades resultaria de “uma escala de produção que alcança um ótimo representado por uma demanda dividida num espaço homogêneo”. Ao aplicar o seu método, Christaller conclui que haveria uma tendência à formação de arranjos hexagonais para a distribuição das cidades numa determinada região.

Continuando este estudo segundo Sampaio (2005.p.53-54) temos a contribuição de Auguste Lösch, onde alguns autores apontam que a característica das análises entre Christaller (geógrafo) e Lösch (economista), tem como diferença o uso de instrumentos de natureza metodológica, já que, ambos sustentam que lugares Centrais representam uma planície homogênea, com uma sociedade com parâmetros constantes de comportamento social e cujo jogo econômico entre demanda e fornecedores se conservam em estado de equilíbrio, onde todas as localidades estariam em uma distribuição ótima em uma rede na forma de hexágono. Ainda sobre esta comparação Sampaio (2005.p.54) descreve:

Enquanto Christaller partia da cidade de nível hierárquico máximo para logo passar aos bens com áreas de mercado menores, Lösch, em suas análises, começava pelas áreas menores e introduzia sucessivamente áreas de mercado

maiores, possibilitando assim, a obtenção de um número maior de redes, cujo hexágonos giram com respeito à posição do hexágono de tamanho mínimo. Na realidade, a particularidade metodológica está no uso, por parte de Lösch, de instrumentos analíticos específicos do campo da economia – *o cone de demanda*, por exemplo – para provar que as localidades centrais estavam otimamente distribuídas, do ponto de vista econômico, quando localizadas hexagonalmente. (SAMPAIO, 2005.p.54).

Os estudos de Cavalcante (2002, p.4) outros autores contribuíram para produção teórica em economia regional. Essa nova corrente tem ênfase nos fatores de aglomeração de inspiração marshalliana e keynesiana que floresceram a partir da década de 1950. Diversos autores dedicaram-se a tentar compreender o fenômeno do crescimento regional utilizando conceitos de alguma forma relacionados à questão da aglomeração. Entre as principais contribuições temos “pólos de crescimento” de Perroux (1955), “causação circular e acumulativa” de Myrdal (1957), “efeitos para trás e para frente” de Hirschman(1958).

Conforme Cavalcante (2002, p.14) na teoria de Perroux, Pólos de Crescimento, sua proposta é explorar as relações entre indústrias, nas quais ele chama de indústrias motrizes. Estas indústrias motrizes têm a característica, a propriedade, de aumentar as vendas e as compras de serviços de outras. As outras indústrias, Perroux, chamou de movidas, que tem como características o aumento das vendas em função da indústria motriz. Ainda sobre esta relação, Cavalcante (2002, p.14) descreve a argumentação de Perroux para explicar o surgimento do Pólo de Crescimento no trecho abaixo:

[...] argumentando que o crescimento não ocorreria de forma homogênea no espaço, mas “manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia”. Desta forma, Perroux argumenta que a indústria motriz, além de aportar sua contribuição própria ao crescimento global do produto, também induz em seu ambiente um crescimento que pode ser atribuído às relações que estabelece com as indústrias movidas. Cavalcante (2005.p.14, apud PERROUX, 1955) procura demonstrar então que os pólos industriais complexos seriam capazes de modificar o seu “meio geográfico imediato” e mesmo “a estrutura inteira da economia nacional em que estiver situado”, uma vez que nos pólos onde se verificam aglomerações industriais e urbanas “registram-se efeitos de intensificação das atividades econômicas” devidos ao surgimento e encadeamento de novas necessidades coletivas. (CAVALCANTE, 2002, p.14)

Concluindo a afirmativa anterior segundo Cavalcante (2002, p.14), Perroux admite que o aumento das vendas das indústrias motrizes, estabelecendo os pólos de crescimento, pode, até mesmo, ser produto final de um incentivo do Estado sob a forma de auxílio, por exemplo, havendo dúvida ou lentidão por parte das indústrias motrizes, estão dadas as condições para a reconstituição de grande parte das políticas de desenvolvimento local implementadas em países desenvolvidos e em desenvolvimento a partir da década de 1950.

No modelo de Causação Circular e Acumulativa, desenvolvido por Myrdal, segundo Cavalcante (2002, p.16), haveria uma inter-relação causal e circular nos fatores ligados à questão do desenvolvimento. Neste modelo, válido em todos os campos das relações sociais, é levado em consideração a heterogeneidade observada no desenvolvimento de países, bem como as desigualdades regionais dos mesmos. Cavalcante (2002.p.16, apud MYRDAL, 1957, p.42), argumenta que “o jogo da forças de mercado opera no sentido da desigualdade” sendo oposto as teorias neoclássicas, de acordo com as quais haveria um processo natural de convergência de renda inter-regional nos países. Assim ele defende a intervenção do estado para conter as forças de mercado, que, de outra forma tenderiam a acentuar os níveis de desigualdade regional. Contudo destaca-se que os determinantes do desenvolvimento são fatores não econômicos, tais como a qualidade dos fatores de produção e sua eficiência.

O modelo de Hirschman, Os Efeitos para Frente e para Trás, segundo Cavalcante (2002, p.16), apresenta questões relativas à aglomeração onde os recursos e circunstâncias necessárias para que haja desenvolvimento são conseqüências da manifestação do próprio desenvolvimento econômico. Por tanto, ele propõe que se procure pressões e processos de incentivos capazes de desabrochar e por em movimento o maior numero de recursos escassos, como capital e atividade empreendedora, assim sendo o argumento básico das suas idéias de desenvolvimento.

Ainda colocando mais detalhes do modelo de Hirschman, no que tange os efeitos para frente e para trás na questão regional, Cavalcante (2002, p.16) descreve:

No contexto deste arcabouço teórico, Hirschman discute a questão regional usando os conceitos de efeitos para frente e para trás. [...] os efeitos para trás são a forma encontrada por Hirschman (1958) para expressar as externalidades decorrentes da implantação de indústrias, que, ao aumentarem a demanda de insumos no setor a montante, viabilizam suas escalas mínimas de produção na região determinada. Os efeitos para frente, por sua vez, resultariam da oferta de insumos, que tornaria viáveis os setores que posicionassem a jusante. (CAVALCANTE, 2002, p.16)

2.3 Teorização recente em desenvolvimento regional.

A produção recente sobre o desenvolvimento regional, Segundo Cavalcante (2002, p.17) trata-se de um material bastante novo, podendo perceber que a mesma tente a incorporar os fenômenos de reestruturação produtiva e aceleração de divisão internacional do trabalho aos modelos que procuram captar as estratégias de localização do ponto de vista da firma e as estratégias de desenvolvimento regional.

A teoria dos Distritos industriais, segundo Pike, Becattini e Sengeberger (1990, apud Amaral Filho, 2001, p.272), tem como estratégia um sistema de produção local, com um grande número de empresas envolvidas em vários estágios, em várias vias, na produção de um produto homogêneo. Outra característica a se destacar é que as empresas envolvidas são de pequeno porte ou de muito pequeno porte. Outras características são descritas pelos autores em relação a este sistema:

Assim segundo os autores citados, alguns emblemas desse sistema são a adaptabilidade e a capacidade de inovação combinados à capacidade de satisfazer rapidamente a demanda, isto com base numa força de trabalho e em redes de produção flexíveis. No lugar de estruturas verticais tem-se um tecido de relações horizontais, no qual se processam a aprendizagem coletiva e o desenvolvimento de novos conhecimentos mediante a combinação entre concorrência e cooperação. A Interdependência “orgânica” entre empresas forma uma coletividade de pequenas empresas, a qual se credencia a obtenção de economias de escala só permitidas por grandes corporações. (AMARAL FILHO, 2001, p.273)

Outra teoria a se destacar é a do Ambiente Inovador, em que a estratégia foi bastante trabalhada por uma rede de pesquisadores (Aydalot; Perrin; Camagni; Maillat; Crevoisier; entre outros) os quais se agregaram em torno do Group de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs (GREMI)¹. Segundo Amaral Filho (2001, p.273) a estratégia elaborada partiu em parte da preocupação de fornecer elementos que auxiliassem os distritos industriais de modo que os mesmos conseguissem sobreviver e para que outras regiões e locais gerassem seus próprios projetos de desenvolvimento de maneira consistente. Ainda sobre ambiente inovador Amaral filho descreve:

¹GREMI-rede de pesquisadores europeus, os quais se agregam a um grupo de pesquisa sobre distritos industriais.

[“...] o ambiente inovador destaca-se do “distrito industrial” porque, enquanto esse privilegia a visão do ‘bloco social’, aquele confere às inovações tecnológicas uma certa autonomia e um papel determinante. Percebe-se, por esse traço tecnológico, que a corrente dos defensores do ambiente inovador apresenta certa preocupação em evitar que determinadas regiões periféricas sejam vítimas dos resultados perversos difundidos pela desintegração do modelo fordista de produção (produção de massa conseguida por meio da integração vertical para que se consiga economias de escala e de escopo). (AMARAL FILHO, 2001, p.273)

O cluster é outra proposta para desenvolvimento regional, que incorpora vários aspectos das outras propostas anteriores e se sobressai por não ficar restrito a pequenas e médias empresas.

Segundo Rosenfeld (1996, apud Amaral Filho, 2001, p.275), o cluster se caracteriza por ser uma aglomeração de empresas, com uma concentração sobre um território geográfico delimitado de empresas independentes, com um vínculo no que tange seus meios ativos de transações comerciais, de diálogo e de comunicações que se beneficiam das mesmas oportunidades e enfrentam os mesmos problemas.

Conforme Amaral filho (2001, p.276), o conceito de cluster parece procurar recuperar alguns conceitos tradicionais, como o Pólo de Crescimento de Perroux, e também Os Efeitos Concatenados da teoria de Hirschman, fundados na idéia de indústria chave ou a indústria motriz, atrelada a uma cadeia de produção e adicionando ao máximo de valor possível. Ainda sobre as características do cluster Amaral Filho descreve:

O conceito de “cluster” está muito mais próximo da grande produção flexível do que propriamente da pequena produção flexível, sem demonstrar, no entanto algum tipo de discriminação pela pequena e média empresa. Assim, a abordagem associada a “cluster” consegue se diferenciar tanto da visão fordista tradicional, identificada com a grande indústria de produção de massa, quanto da visão distrialista identificada com a pequena produção flexível. Além disso, o conceito de “cluster” está mais próximo da idéia de um “modelo” propriamente, dado que ele assume um caráter mais normativo, enquanto aqueles são mais intuitivos. (AMARAL FILHO, 2001, p.276)

Conforme Amaral filho (2001, p.277) é necessário destacar que estes três conceitos, distrito industriais, ambiente inovador e cluster, são conceitos que partem da noção de “economias externas marshalianas”, em que é baseada na aglomeração industrial, onde já era destacada por Marshall a vantagem que as indústrias conseguiriam com a concentração

geográfica, devido maior acesso ao fluxo de informações, notoriedade alcançada pelo local ou região, concentração de fornecedores e clientes entre outros.

O destaque destes modelos baseados na aglomeração, para os modelos tradicionais aglomeração, é o fato dos três terem as “economias externas” dinâmicas como também por serem provocadas conscientemente por uma ação conjunta de coletividade local. (AMARAL FILHO, 200, p.277).

Muitas receitas são seguidas para promover o desenvolvimento regional, mas hoje, a questão da competitividade é um ponto estratégico de máxima importância para o desenvolvimento endógeno, deixando de pertencer apenas ao mundo das indústrias para participar também do mundo das regiões. Ainda a este respeito Amaral filho descreve:

O ponto central do casamento entre economia espacial ou territorial e economia industrial está exatamente na questão de os fatores componentes da escala da produção de uma empresa não se encontrarem necessariamente na própria empresa,mas sim fora dela,isto é,em outra empresas-cooperadas ou subcontratadas - em outras instituições e organizações, e no próprio ambiente territorial.Pelo novo paradigma industrial,marcado pela desconcentração organizacional e produtiva,fica difícil imaginar que o manejo da escala de produção e da divisão de trabalho de uma empresa continue sendo exclusividade dessa mesma empresa individualmente. (AMARAL FILHO, 2001, p.277)

3. NOVA CONFIGURAÇÃO ECONÔMICA

3.1 Estrutura econômica atual baiana.

Segundo Avena (2006, p.9) o quadro econômico da Bahia esta se modificando, proporcionado novo desempenho e um lugar de destaque no que tange a localização de novos empreendimentos. Essas mudanças são apresentadas nos últimos cinco anos, destacando-se o caminho da consolidação de uma economia em expansão e um processo de diversificação da sua base produtiva. Estes fatores e a nova estrutura da Bahia se devem, sobretudo, a política de atração de investimentos, que busca não só proporcionar fortalecimento e maior dinamismo econômico, mas também estimular a interiorização da atividade produtiva em direção a áreas menos exploradas, tornando o Estado baiano à opção de localização de empreendimentos de porte em diversos setores econômicos.

A Bahia vem conseguindo um lugar de destaque no seu desenvolvimento econômico, não só no cenário regional como nacional. Assim Avena (2006, p.9) descreve este cenário:

Hoje a Bahia possui uma posição privilegiada no cenário regional e nacional, tornando-se uma economia industrial mais diversificada e produtora de bens finais, como calçados e têxtil, automóveis, pneus, cosméticos e perfumaria, móveis, informática, alimentos e bebidas, respondendo por 35% do nosso PIB em 2005. Com efeito, a Bahia preencheu as lacunas de sua matriz industrial, construindo uma estrutura diferenciada intra-regional. (AVENA, 2006, p.9)

Essa mudança na configuração econômica tem inicio no ano de 1994, com a implantação do Plano Real, abertura de mercado, chegando até os dias atuais (2006), caracterizado pela restrição nos instrumentos e das políticas que proporcionavam a redução das desigualdades regionais promovendo o seu desenvolvimento regional para todo o Brasil. A falta de políticas voltadas para o desenvolvimento regional teve como ponto máximo a extinção da Sudene e Sudam, levando muitos analistas a acreditarem que novos investimentos iriam se concentrar nas regiões Sul e Sudeste do país, onde ocorreria uma retomada do processo de concentração da atividade econômica do país, na qual, havia sido suspenso

devido às políticas de desenvolvimento regional nas décadas de 70 e 80. (AVENA, 2006, p.13)

O momento econômico que se passava o país possibilitou a ação de alguns estados no novo cenário a fim de solucionar seus problemas de desenvolvimento regional, implantando suas próprias políticas de desenvolvimento. A este respeito Avena (2006, p.13) descreve:

No entanto, nesse período, a ação de alguns estados da federação procurou reduzir o impacto desse processo criando incentivos fiscais e financeiros e outros mecanismos que atuassem como fatores de atração de investimentos. A disseminação dessa prática terminou por gerar uma disputa acirrada pela atração de novos investimentos entre as regiões do país. O processo, que ficou conhecido como guerra fiscal, se deu de forma diferenciada entre os diversos estados, com cada um deles posicionando-se de forma mais ou menos agressiva na atração desses investimentos. A Bahia foi provavelmente, o estado que mais utilizou esse mecanismo e que mais benefício obteve com a sua aplicação. O montante de investimentos mobilizados pelo estado com essa política foi significativo e seus efeitos tiveram profundas repercussões na base econômica estadual. (AVENA, 2006, p.13)

As mudanças recentes da indústria baiana, destacando a indústria como setor que lidera o processo de crescimento econômico, é reflexo de todas estas políticas implantadas. Nos primeiros cinco anos da década de 2000, há uma redefinição no que tange a indústria produtiva baiana, marcando sua posição no contexto da economia nacional, pelo fato da economia baiana apresentar números, taxa de crescimento superior ao nacional, ampliando sua participação do PIB do país.

O quadro de crescimento é marcado de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE- e da Superintendência de estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI –no qual o crescimento acumulado do PIB baiano, no período 2001 a 2005 foi de 20,5%,percentual bastante superior ao incremento de 11,3% verificado no produto nacional. Vale ressaltar que nos três primeiros anos, 2000, 2001, e2002, o crescimento do PIB nacional ter sido maior, a taxa de crescimento médio do PIB baiano foi de 3,8% no mesmo período, superior a media nacional que ficou em torno de 2,1%.(AVENA, 2006, p.14 e 15).

O setor que liderou o crescimento da indústria baiana entre 2000 e 2005 foi à indústria de transformação, onde apresentou crescimento acelerado e diversificação da

produção, ampliando suas relações com as demais indústrias bem como seu inter-relacionamento com os parques fabris mais desenvolvidos do país.

Tabela: 1 Bahia e Brasil – Evolução do PIB

2000 - 2005

ANO	▲	BAHIA	▲	BRASIL
		ANUAL		ANUAL
2000		3,90%		4,40%
2001		1,00%		1,30%
2002		1,20%		1,90%
2003		2,30%		0,50%
2004		9,90%		4,90%
2005		4,90%		2,30%

Fonte: IBGE

3.2 Planejamento recente da indústria baiana.

O estado da Bahia vem sofrendo ao longo dos últimos anos, intensas transformações econômicas, mudando seu perfil de produção, tanto nas empresas que aqui se instalam, quanto nos seus produtos, ou seja, esta nova fase destaca-se a verticalização da produção e a densificação do parque produtivo implantado. Neste contexto visualiza-se a elevação do peso da produção de bens finais e intensificação de vínculos inter-setoriais estabelecidos no próprio estado da Bahia, fatores de grande relevâncias do curso econômico, nos quais já se pode visualizar os impactos a alguns anos. (Carvalho Neto, 2002,)

Todas as mudanças sofridas na economia, a partir da implantação de políticas públicas em parceria com empresas privadas e organizações não governamentais, trás a necessidade do setor público estar preparado para atuar em uma nova realidade, uma nova dinâmica, implementando e disponibilizando ações eficazes e adequados a seus objetivos. Destaca-se no planejamento das ações a serem implementadas, avaliar prospectiva e a formulação de políticas que de fato estejam comprometidas com resultados necessários ao desenvolvimento do Bahia. (Carvalho Neto, 2002,)

O planejamento recente da indústria baiana esta diretamente relacionada com as modificações políticas e econômicas nacionais e internacionais. Com a implantação do Plano Real e estabilização econômica, ira conduzir os investimentos para um novo parâmetro na hora se investir. Cabe destacar este novo momento econômico, com o fim do processo inflacionário e a entrada de capital externo produtivo, proporcionam um novo ciclo de expansão da base produtiva, mudando a configuração dos investimentos, dos novos empreendimentos regidos pelo aspecto da internacionalização dos mercados, baseados em tecnologias modernas redefinindo os padrões de localização. (AVENA, 2002, P.13)

Ainda sobre este respeito Avena (2002, p13) descreve sobre o novo paradigma de produção, difundido com a globalização:

A existência de mercado e de fontes supridoras de matérias-primas, fatores locacionais dominantes perdem importância nesse ciclo. Além disso, o novo paradigma estabelece novos critérios de produção em que a qualidade e o nível de produtividade passam a ser essenciais para viabilizar a competitividade. Com isso, reduz-se a importância dos fatores locacionais tradicionais, que passam a um patamar inferior diante de requisitos tais como exigência de mão-de-obra qualificada, disponibilidade de um sistema de infra-estrutura e logística, não-existência de deseconomias de aglomeração, etc.

Conforme Avena (2002, p.13) há uma mudança nas regras da escolha locacional, onde os estados periféricos passam a criar vantagens competitivas próprias, introduzindo como parâmetro de atração sistemas de incentivos fiscais e financeiros, na tentativa de reduzir as vantagens locacionais dos estados do sudeste. Neste aspecto, devido a inexistência de uma política nacional de desenvolvimento regional, os estados periféricos aderiram a Guerra Fiscal na tentativa de atrair novas indústrias, novos empreendimentos para conseguir a industrialização, atrelado ao surto de investimento via barateamento, a qualquer preço, do custo do capital das empresas. (AVENA, 2002, P.13).

Segundo Darzé Filho (2002) o governo do Estado da Bahia, tem como objetivo da sua política, proporcionar a diversificação da atividade industrial, estimulando a produção de bens finais, induzindo o processo de verticalização da produção, proporcionando também o adensamento e articulação das cadeias produtivas. É neste contexto que o governo do Estado investe maçadamente, através de políticas e mecanismos que proporcionem vantagens competitivas para atividade industrial, com destaques descritos a seguir:

- 1) Concessão de incentivos fiscais e financeiros para diversos segmentos da atividade produtiva.

- 2) Oferta de melhores condições nos mais importantes serviços de infra-estrutura, especialmente aqueles voltados para redução dos custos e melhoria da competitividade dos grandes empreendimentos.
- 3) Oferecimento de galpões industriais e terrenos para instalação das indústrias.
- 4) Estabelecimento de parcerias com universidades e órgãos de treinamento para qualificação de mão-de-obra.
- 5) Articulação de um lado, com municípios para concessão de outros incentivos, e, de outro lado, com entidades empresárias para melhor execução dos programas. (DARZÉ FILHO, 2002).

Vários programas foram implantados a partir da década de 90, todos eles voltados para políticas de desenvolvimento regional, muitos deles específicos para cada setor industrial. Cada programa tinha seu direcionamento e objetivo a ser contemplado, podendo destacar alguns como:

- 1) PROCOMEX 1997 (Programa de Incentivo ao Comercio exterior), com destaque para setor de calçados e seus componentes.
- 2) BAHIAPLAST 1998 (Programa de Desenvolvimento da Indústria Plástica), com destaque para o desenvolvimento da indústria plástica.
- 3) PROAUTO 1999 (Programa de desenvolvimento do setor Automotivo) visando a instalação de montadoras e fabricas de autopeças.
- 4) DESENVOLVE 2002 (Programa de Desenvolvimento Industrial e Integração Econômica do Estado da Bahia), Programa este que veio substituir todos os outros programas de incentivos fiscais criado pelo governo, visando ampliar ainda mais os objetivos propostos. (SOUZA E PACHECO, 2003, P.16,17 e 18).

Em 2000, o Governo do Estado lança como estratégia de desenvolvimento, em seu Plano Plurianual, englobando o quadriênio 2000/2003, medidas que fossem orientar as ações governamentais, de modo que, possibilitasse entre outras metas, introduzir um parque produtivo integrado e desconcentrado, produzir bens finais e atrair novos segmentos. (VIEIRA, CAVALCANTE, MACEDO, 2000, P.13).

O Estado da Bahia insere uma proposta de desenvolvimento industrial, que contempla o ingresso da economia baiana em um novo ciclo de crescimento industrial, baseado no fortalecimento de cadeias produtivas de alto valor agregado, criação de um ambiente externo que possibilite a formação de novos centros de produção e distribuição, mão-de-obra qualificada, centros tecnológicos entre outros. Este programa teve a participação da Inter-B Consultoria Internacional de Negócios, como elaborador, sob a coordenação da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) e da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPALNTEC), tendo como fator condicionante para sua implantação programas e projetos específicos e a arranjos institucionais e de gestão pública e privada. (VIEIRA, CAVALCANTE, MACEDO, 2000, P.17).

Nesta proposta, levando em consideração o momento econômico da Bahia e suas necessidades para fortalecimento da economia e da indústria, cabe descrever os principais pontos, as seguintes ações estratégicas e requisitos:

- Consolidação das cadeias produtivas, estimulando à formação de elo a jusante e a montante, promovendo a agregação de valor e a possibilitando a densificação industrial do estado.
- Transformação de um modelo industrial polarizado, excessivamente concentrado espacialmente, em um modelo desconcentrado, privilegiando regiões periféricas de áreas já desenvolvidas e regiões com vocações industriais bem definidas, inclusive aquelas que hoje passam por processos de reorganização industrial.
- Adoção de um conceito mais abrangente de “indústria”, estabelecendo o seu significado como sendo a articulação de todos os passos no processo de transformar determinados insumos em produtos finais: geração primária, tecnologia e pesquisa, serviços técnicos e de apoio industrial, transformação industrial propriamente dita, comercialização e pós-comercialização.
- Criação de bases operacionais para integração competitiva das empresas aos fluxos internacionais de comércio, levando-se em consideração a nova realidade econômica que se busca implantar, baseada em complexos industriais mais densos e de maior conteúdo tecnológico.
- Continuidade da ação governamental através da concessão de incentivos fiscais e financeiros na promoção e atração de novos investimentos.
- O novo eixo do desenvolvimento sustentável do estado da Bahia nos próximos anos apóia-se, em síntese, no estabelecimento de políticas voltadas para i) densificar o tecido industrial ii) criar as bases para

especialização produtiva mais equilibrada iii) melhorar o entorno e as condições sistêmicas de competitividade do estado e iv) integrar as empresas do estado aos fluxos interestaduais e internacionais. (VIEIRA, CAVALCANTE, MACEDO, 2000, P.18)

Abrange neste programa de desenvolvimento, alguns programas nos quais visão proporcionar ações específicas e diferenciadas, podendo destacar o projeto de realocação Industrial, onde é possível visualizar o enquadramento de indústrias instaladas em regiões fora do eixo da região metropolitana de Salvador. O projeto de realocação industrial, visa ações para captação de investimentos de empresas industriais, que procuram melhorar sua competitividade, ou seja, baixando seus custos de produção, condicionados pela oferta de mão-de-obra a custo competitivo, disponibilização de infra-estrutura e incentivos governamentais adequados e que ofereçam condições preferenciais de financiamento. (VIEIRA, CAVALCANTE, MACEDO, 2000, P.20).

Dentre essas ações prioritárias cabe descrever a formação da estrutura interna e externa para o bom funcionamento do programa:

Entre as ações prioritárias do programa, destacam-se: formação e capacitação de mão-de-obra, parcialmente remunerada pelo estado durante o período de treinamento; melhoria da infra-estrutura de áreas selecionadas; capacitação de recursos humanos dos municípios para gerenciar regimes de incentivos fiscais, programa de treinamento e manutenção de infra-estrutura de mão-de-obra nas áreas de influência. (VIEIRA, CAVALCANTE, MACEDO, 2000, P.20).

No que tange a atividade de planejamento na Bahia, segundo Uderman (2002, p.133), vários aspectos precisam ser considerados no estabelecimento de uma política de desenvolvimento regional. Uma estratégia de intervenção articulada, que encontre as verdadeiras necessidades de cada região e detalhe os instrumentos e as instituições a serem recrutados a participar dos processos atingindo as metas, levando em consideração a natureza das ações propostas é fundamental para que se encontrem alternativas eficazes de desenvolvimento regional, atrelados às necessidades e realidades de cada local bem como a participação dos agentes envolvidos.

Segundo Uderman (2002, p.132) vários autores vários correntes têm se preocupado em descrever sobre ações que englobam o desenvolvimento regional e o sucesso dos arranjos produtivos locais, voltados a dar explicação deste processo, destacando a questão das externalidades e evoluindo, no que tange a estratégia, para propostas de criação de distritos industriais, ambientes inovadores e cluster (AMARAL FILHO, 1999), que podem contribuir

para endogeneização e descentralização no processo de decisão e localização de novos empreendimentos. Assim, as teorias em questão, têm servido de base para formulação de modelos de desenvolvimento locais em várias partes, atrelados às intervenções públicas e o ambiente institucional aos novos padrões produtivos e as necessidades locais e suas prioridades correspondentes.

Mesmo com a participação privada, desenvolvimento das localidades a partir de seu potencial e das necessidades das empresas de procurar ambiente que favoreçam seus ganhos, conforme Uderman (2002, p.132) é necessário destacar a intervenção do estado no planejamento estratégico, bem como fortalecer estes mecanismos, sendo descrito no trecho abaixo:

Mesmo num cenário marcado por possibilidades de intervenção públicas mais restritas, parte-se do princípio de que a contribuição estatal continua sendo determinante para desenvolvimento regional, embora deva estar concentrada em torno de atribuições específicas. Nesse contexto, amplia-se a relevância da função de planejamento, que deve traduzir em decisões institucionais capazes de promover e estimular o desenvolvimento, conferindo racionalidade ao conjunto de ações executadas e direcionando, na medida do possível, o movimento de expansão econômico de acordo com uma lógica preestabelecida. Mesmo que se mantenham as tendências neoliberais que marcaram o cenário político econômico mundial na última década, com rebatimentos inevitáveis nas esferas nacionais e subnacionais - e, na verdade, sobretudo se forem mantidas essas tendências deve-se procurar fortalecer mecanismos de planejamento capazes de direcionar os movimentos de mercado, corrigindo falhas inerentes à dinâmica de expansão econômica que materializam de forma especialmente perversa na esfera social. (UDERMAN. 2002, p.132)

3.3 Acumulação flexível e a produção industrial.

A acumulação capitalista vem sofrendo modificações em sua estrutura ao longo das décadas, sempre procurando criar novas condições e novas perspectivas de ganhos, de lucro. Essas modificações são oriundas de fatores externos e internos e em seu conjunto reflete toda a estrutura produtiva.

O modelo fordista de produção esteve presente em quase todo o século XX, principalmente a partir da segunda década, onde consistia em uma produção em massa de mercadorias, estruturada em uma produção mais homogeneizada e verticalizada. Neste processo produtivo era necessário combater o desperdício na produção, reduzindo o tempo do

processo, bem como aumentando o ritmo do trabalho, intensificando a exploração do trabalhador. (ANTUNES. 1999, p.37).

O modelo de acumulação do capital, chamado de toyotismo, ou modelo japonês, surgiu na década de 70, no ocidente, com a crise do modelo fordista de produção, onde este novo modelo visava a recuperação do seu ciclo produtivo, deflagrando várias transformações no processo produtivo, sob a forma de acumulação flexível, mudança na gestão organizacional, avanço e introdução de novas tecnologias, transformações essas decorrentes da própria concorrência capitalista no seu processo produtivo. (ANTUNES. 1999, p.35).

No final da década de 60 e 70 o crescimento passou por uma desaceleração, que passa pelo fato da produção em massa ruir. Segundo Benko (2002, p.115, apud Piore & Sabel, 1984) a demanda de bens produzidos em massa entrou em decadência no período em que os mercados dos países adiantados saturados, no qual o mercado consumidor da época procurava bens mais variados, mais diversificados, apelando por produtos diferenciados, bem mais elaborados. Neste espaço aberto pelas grandes indústrias, sob uma nova conjuntura destaca-se as pequenas empresas, mais flexíveis, que fabricavam e ofereciam produtos diversificados, que empregavam mão-de-obra qualificada, ganham destaque no cenário produtivo, tornando-se também competitivas, deixando vestígios do surgimento da especialização flexível.

Este novo modelo de produção implica uma nova forma, um novo ajuste na estrutura produtiva, onde o padrão de acumulação flexível pode ser descrito no trecho abaixo:

Tentando reter seus traços constitutivos mais gerais, é possível dizer que o padrão de acumulação flexível articula um conjunto de elementos de continuidade e de descontinuidade que acabam por conformar algo relativamente distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação. Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolvendo-se em uma estrutura produtiva flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho” dos grupos “semi-autônomos”, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que preserva na essência, as condições de trabalho alienado e estranhado. (ANTUNES, 1999, p.52).

Na visão de Harvey (2006, p.140) vários acontecimentos no âmbito mundial puseram em movimento uma reestruturação econômica e reajustamento social e político, onde proporcionou novas experiências na produção e organização industrial, representando os primeiros passos para um regime de acumulação inteiramente novo. A partir dos acontecimentos, ele chama este novo regime de acumulação flexível melhor descrito no trecho abaixo:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimentos de serviços financeiros, novos mercados, e sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...] Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão de espaço tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda nos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado.

Segundo Harvey (2006, p.148), o sistema de acumulação flexível permitia o desenvolvimento de novos parâmetros de produção e mercado, ou seja, permitia uma aceleração no ritmo da inovação produtiva, em conjunto a exploração de novos mercados consumidores altamente especializados e de pequena escala ao mesmo tempo em que dependia dela. Em se tratando deste novo modelo produtivo, originado na crise fordista, num quadro econômico recessivo e de aumento da competição capitalista, o impulso a explorar essas possibilidades tornou-se fundamental para sobrevivência das empresas.

O modelo de produção chamado Toyotismo, segundo Antunes (1999.p.54) se diferencia da produção fordista em vários aspectos, definindo bem o que se chama de flexibilizar a produção. Algumas destas características podem ser enumeradas com a particularidade que compõe cada uma delas:

1) a produção é diversificada e heterogênea, ao contrario da homogeneidade do fordista, também voltada para atendimento das necessidades da sua demanda, na qual visa atender as exigências mais individualizadas de cada consumidor.

2) o trabalho é fundamentado em equipe, com a participação de todos os operários desenvolvendo várias funções, acabando com o trabalho parcelar fordista.

3) no que tange a flexibilidade, tem-se como característica a possibilidade do operário poder desenvolver suas atividades em várias máquinas, ou seja, operar simultaneamente várias máquinas, alterando-se a relação homem/máquina.

4) melhor aproveitamento possível do tempo na produção, *just in time*.

5) seu funcionamento é constituído de um sistema por nome kanban, no qual placas ou senhas de comando são utilizadas para reposição de peças e de estoque. No toyotismo os estoques são mínimos quando comparados aos estoques utilizados na produção fordista.

6) as empresas que dão suporte a produção toyotista, inclusive as terceirizadas tem estrutura horizontal, ao contrario da estrutura de produção verticalizada do fordismo. Isso quer dizer que boa parte da produção é feita por firmas terceirizadas e a especialidade é desenvolvida dentro do espaço produtivo.

7) destacam-se também a organização do controle de qualidade, os Círculos de controle de Qualidade (CCQS) formando grupos de trabalhadores que são estimulados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com o foco de melhorar o nível de produção da empresa.

O Toyotismo influenciou todo o “mundo” capitalista, inclusive o ocidente e suas fábricas. Segundo Antunes (1999, p.56), houve um processo de ocidentalização do toyotismo, visto que, o capital ocidental estava em crise desde os anos 70, assim, usando parte do seu receituário, condicionada às singularidades e particularidades de cada país no que tange suas condições econômicas, sociais, políticas e ideológicas, quanto à inserção destes países no mercado internacional do trabalho, ou seja, seus novos parâmetros operacionais no processo produtivo desenvolvido pelos trabalhadores, aos seus movimentos sindicais, as condições de mercado de trabalho, entre outros elementos necessários a incorporação do toyotismo.

Ainda a este respeito, Antunes (1999, p.56), destaca mais alguns aspectos desta adaptação do toyotismo no ocidente bem como sua implantação descrita no trecho abaixo:

O processo de ocidentalização do toyotismo mescla, portanto, elementos presentes no Japão com práticas existentes nos novos países receptores, decorrendo daí um processo diferenciado, particularizado e mesmo singularizado de adaptação desse receituário. A vigência do neoliberalismo, ou de políticas sob sua influencia, proporcionou condições em grande medida favoráveis á adaptação diferenciada de elementos do toyotismo no

Ocidente. Sendo o processo de reestruturação produtiva do capital a base material do projeto ideo-político neoliberal [...].

4. IMPACTOS ECONOMICOS EM FUNÇÃO DA INDÚSTRIA.

4.1 Breve histórico econômico de Vitória da Conquista, 1940-1980.

O município de Vitória da Conquista está localizado na micro região do planalto de Conquista, Sudoeste do Estado. É a terceira maior cidade da Bahia a uma distancia de 516 km da capital baiana, Salvador. Tem destaque no cenário baiano pela sua forte economia e desenvolvimento. (PMVC).

A economia de Conquista vem se desenvolvendo ao longo das décadas. Sua estrutura econômica em 1940 era baseada na atividade pecuária extensiva com a criação de bovinos para produção de carne. Este momento econômico permitiu à cidade de Vitória da Conquista entrar em um novo estágio de desenvolvimento econômico e social, visto que o comércio ocuparia grande destaque (LIMA, LOPES, p.126, 2006).

Outro ponto que merece ser destacado no desenvolvimento do município é a sua localização geográfica privilegiada, onde a abertura da BR 116, conhecida também como Rio - Bahia e das rodovias BA 415 e da BA 262 ligando Vitória da Conquista a porto de Ilhéus, permitiram o incremento das transações da cidade com outras localidades da região e também do restante do país. (LIMA, LOPES. p.126, 2006).

Também na década de 1970 do século XX, dois novos setores foram introduzidos na economia de Conquista, o setor industrial com a implantação do Distrito Industrial dos Imborés, voltado para indústria de transformação e a monocultura do café. No entanto, nenhuma das duas atividades, mesmo em conjunto, conseguiu maior destaque que o comercio do município (LIMA, LOPES, p.126,2006).

A criação do Distrito Industrial dos Imborés esteve diretamente ligada a políticas do governo do Estado, que tinha o objetivo de verticalizar o centro dinâmico pecuário da região, bem como o processamento da produção cafeeira. Apesar da implantação de políticas e do distrito industrial, os resultados obtidos não foram o esperado, pois o distrito não se apresentou como um centro industrial importante. (LIMA, LOPES, 2006).

No que tange o desenvolvimento industrial, há que se destacar que seu crescimento não foi satisfatório. O distrito industrial se mostrou pouco dinâmico, ocorrendo até mesmo o fechamento de algumas fábricas, não constituindo um vetor de desenvolvimento regional. (LOPES, 2000, p.28)

O setor cafeeiro de Vitória da Conquista, na década de 70, foi beneficiado com o Programa de Recuperação dos cafezais (PRRC), que incentivou o plantio de café na região, com mais de 100 mil hectares de café arábica, no qual seu desenvolvimento foi surpreendente até a década de 80, deixando a economia da cidade mais forte. (PMVC)

O café teve um papel de destaque na cidade de Vitória da Conquista, onde foi responsável por um grande dinamismo da economia local e regional, proporcionando o aumento da população do município, crescimento da cidade e diversificação comercial, consequentemente aumentando o número de postos de trabalho e também a renda da cidade. (LOPES, 2000, p.27).

No final da década de 80, com a crise nos preços do café, e longo período de estiagem, a economia de Conquista passa a ser sustentada pelo setor de serviços e pelo comércio, com destaque na atividade varejista. Este seguimento se fortaleceu com a queda nos preços internacionais do café e longo período de estiagem, também pelo longo período de recessão da economia brasileira. (LOPES, 2000, p.28).

4.2 Distrito Industrial de Vitória da Conquista.

O ponto de partida para criação dos distritos industriais na Bahia, foi a formulação do Programa de Distritos Industriais do Interior no período de 1971, contemplando alguns municípios como o de Vitória da Conquista com a criação do Distrito Industrial dos Imborés. Este programa teve como características a intenção de promover o processo de interiorização da atividade industrial e também ordenamento do espaço urbano das cidades de porte médio as quais apresentassem vocação industrial (SEPLANTEC, 1995, p.76).

A localização do Distrito Industrial dos Imborés fica as margens da Br 116, RIO-BAHIA, na Região Norte da cidade, com fácil acesso a todas as regiões do país e também com acesso garantido ao Porto de Malhado na cidade de Ilhéus pela Br-415. Alguns setores

produtivos foram instalados no distrito entre eles os principais são produtos Alimentícios, Minerais não Metálicos, Química, Metalurgia, Sabões, Bebidas e Mecânica. Cabe destacar também que a maiorias dos insumos utilizados no processo de industrialização são de origem baiana, onde 65% da sua produção é absorvida no próprio estado. (SEPLANTEC, 1995, p.88)

Tabela 2: Número de estabelecimentos e emprego industriais segundo ramos de atividade no Distrito Industrial dos Imborés. 1980-1985

Ramos	1980		1985	
	ESTAB	EMPREG	ESTAB	EMPREG
Prod.Min.Não-Metalico	61	375	218	991
Metalurgia	15	125	19	133
Perfumaria, Sabões e Velas.	2	-	3	72
Prod.Alimentares	70	766	244	1.554
Bebidas	2	-	5	77
Demais Generos	62	451	92	729
Total	212	1.717	581	3.556

Fonte: IBGE.Censos Econômicos,1985

Na tabela acima, pode-se visualizar o período entre os anos de 1980 e1985, onde o município de Vitória da Conquista registrou um aumento significativo no numero de estabelecimentos industriais, uma elevação de 174%. Este fato permitiu um aumento de 107% no número de empregos industriais, com destaque para a indústria de alimentos, seguido da indústria de Minerais Não-Metalicos (SEPLANTEC, 1995, p.88).

Pode-se observar que entre 1980 e 1985 há um aumento de estabelecimentos industriais e nos postos de trabalho, mas a sua dinâmica industrial, no que se refere à intensificação dos postos de trabalho, não ocorreu, visto que o aumento no número de empregos foi resultado direto do aumento de novas indústrias, mas sua média de trabalhadores por empresas diminuiu entre estes anos, em função do impacto da tecnologia na transformação dos processos produtivos industriais, geradores de maior escala de produção, com menor uso de mão-de-obra.

Tabela 3: Distrito Industrial dos Imborés; número de Empresas e pessoal ocupado por gênero de indústria. 1991-1992

GENERO DE ATIVIDADE	EMPRESAS		PESSOAL OCUPADO	
	1991	1992	1991	1992
Indústria	19	20	656	554
Comercio Varejista	3	3	75	105
Serviços Auxiliares	2	2	18	20
TOTAL	24	25	749	679

Fonte: Pesquisa de campo/SUDIC. 1991/1992

Entre os anos de 1991, 1992 e 1993 cai substancialmente o números de estabelecimentos, comparando-se com os anos de 1980 e 1985, conseqüentemente diminuindo os postos de trabalho. Entre 1991 e 1992, apesar de uma nova empresa se instalar no distrito, a intensificação da mão-de-obra também não ocorre, há sim uma diminuição dos postos de trabalho.

No ano de 1993 o número de empresas no Distrito Industrial diminui para 18. Porem, o número de empregos aumenta, mesmo que timidamente, mostrando que houve uma pequena dinâmica industrial, no que tange a utilização de mão-de-obra. Um levantamento direto mostrou que, de fato, em 1993 o Distrito Industrial figurava com 20 estabelecimentos empregando, 566 trabalhadores (SEPLANTEC, 1995, p.88).

Tabela 4: Média de trabalhadores por estabelecimentos no Distrito Industrial dos Imbores, 1980-1985,1991-1993.

ANO	Nº ESTAB	EMPREG	MEDIA POR ESTAB
1980	212	1717	8,1
1985	581	3556	6,12
1991	19	656	34,52
1992	20	554	27,7
1993	20	566	28,3

Fonte: IBGE / SUDIC Elaboração Própria

O Distrito Industrial entre os anos de 1980 e 1985 agrega um número significativo de postos de trabalho. Pode-se verificar um aumento no número de postos de trabalho, com uma ligeira queda na média de trabalhadores por estabelecimento.

A proposta do Distrito Industrial seria desenvolver a economia municipal, tendo em vista a reestruturação industrial, devido sua necessidade de tornar-se mais eficiente, mais flexível, gerar empregos, gerar renda.

Comparando os anos de 1980 e 1985 com os anos de 1991, 1992 e 1993, fica evidente que houve uma significativa diminuição dos postos de trabalho, mas, em contrapartida, a média de postos de trabalho por estabelecimento industrial aumentou, mostrando uma melhora na dinâmica industrial no que tange a intensificação da mão de obra por estabelecimento.

Contudo, mesmo o aumento da média de trabalhadores por estabelecimento, não permitiu dizer que o Distrito Industrial dos Imborés conseguiu desenvolver a economia local do município de Vitória da Conquista. Seu processo de industrialização seguiu na contramão do desenvolvimento e da geração de empregos. O número de empresas em funcionamento caiu drasticamente, passando 581 estabelecimentos no ano 1985 para 20 estabelecimentos no ano de 1993.

4.3 Destaque para a indústria Calçadista.

O governo do Estado da Bahia, na década de 1990, inserindo em seu contexto uma política agressiva de atração de novas indústrias, baseada em incentivos fiscais e de crédito, consegue atrair novos empreendimentos da indústria calçadista para o Estado, empresas estas de médio e grande porte, entre elas marcas consolidadas no mercado nacional. Estas empresas vieram para a Bahia não só pelos incentivos, mas também, pela disponibilidade de mão-de-obra a custos mais baixos, massa trabalhadora pouco integrada a sindicatos, de modo que, a pressão exercida pelas mesmas são bem menores compara com grandes centros, como é o caso de São Paulo (SEPLANTEC, 2000, p.43-44).

A mão-de-obra baiana de menor custo, menor custo de produção e transporte, são também alguns dos fatores condicionantes do deslocamento de indústrias calçadistas para o

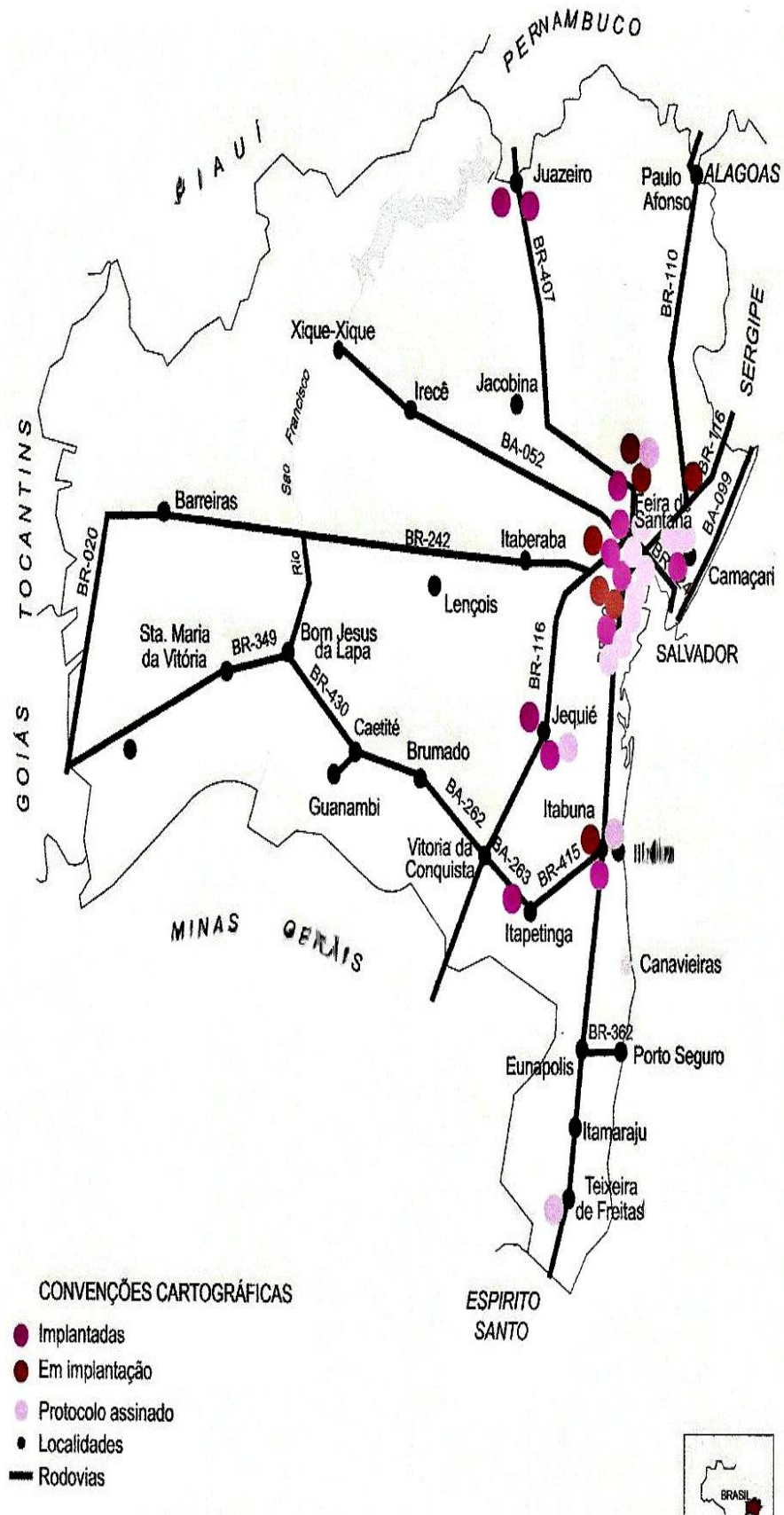
Nordeste. Estes fatores influenciam a migração das fábricas de Estados do Rio Grande do Sul, e de São Paulo, principalmente as que possuem uma produção de baixo valor agregado, intensiva em mão-de-obra, procurando manter sua competitividade quando a variável salário apresenta um peso significativo no custo de produção. (SANTOS, CORRÊA, ALEXIM, PEIXOTO, 2002, p.74).

Na década de 90, a indústria calçadista nacional é afetada devido a mudanças ocorridas nas condições de produção e pela concorrência externa, fazendo com que as empresas nacionais adotassem medidas buscando diminuir custos de produção e procurando aumentar sua participação no mercado externo (SANTOS, CORRÊA, ALEXIM, PEIXOTO, 2002, p.65).

Em relação aos incentivos fiscais, o governo do Estado da Bahia cria programas para cada setor industrial de seu interesse, como é o caso da indústria calçadista. O programa que beneficiou a indústria de calçados no seu início foi o PROCOMEX, visando à produção de bens de consumo final, como é o caso de calçados e seus componentes. Este programa teve como fim fomentar a produção para exportação. (LOURENÇO; PACHECO, 2003.p.16).

As empresas instaladas obtiveram do governo incentivo fiscal relacionado ao ICMS- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – que é um imposto de competência estadual, isenção de parte do Imposto de Renda, isenção de impostos municipais por prazos longos e concessão de empréstimo automático (SANTOS, CORRÊA, ALEXIM, PEIXOTO, 2002, p.75-76).

Outra característica que merece destaque na localização das indústrias calçadistas na Bahia é que eles diferem das localizadas em São Paulo e Rio Grande do Sul, que formaram historicamente um aglomerado de empresas em determinadas regiões. A localização é relativamente dispersa, na qual, uma das vantagens é a ausência de sindicatos e conseqüentemente a pressão exercida por eles, mas outras vantagens se perdem em função de não se ter uma aglomeração de empresas (SEPLANTEC, 2000, p.47).



Fonte: SUDIC, em 25/07/2000.

Figura 1. Localização Espacial da Indústria calçadista 2000.

O complexo calçadista é formado na sua maioria por empresas de médio e grande porte, possuindo a característica de baixo nível de absorção tecnológica associado à intensa demanda do fator trabalho, em que, a maioria dos trabalhadores contratados é da própria região ou localidade de implantação do empreendimento e também com pouca exigência em especialização da mão-de-obra. (BAHIA, 2006, p.57).

A indústria calçadista tem um ponto positivo no número de empregos disponibilizados por ser intensivo em mão-de-obra, mas por outro lado, há de se destacar a exploração dos trabalhadores que recebem baixos salários, trabalham sem parar em um ritmo acelerado, causando danos a sua saúde e também ocorrendo a constante contratação de novos funcionários em um verdadeiro “rodízio”, pois as condições de trabalho não permitem que estes trabalhadores consigam desempenhar suas funções por longos períodos.

Pode-se destacar algumas empresas que estão fazendo investimentos na Bahia, nas suas plantas industriais contribuindo também para geração de empregos. A Grandene, fabricante de sandálias femininas, localizada no município de Teixeira de Freitas, investe R\$ 30 milhões em sua fábrica na Bahia e gerando 1.100 postos de trabalho. A Disport Bahia Ltda, localizada em Ipirá, investe R\$ 18,3 milhões para fabricas calçados esportivos. O destaque no município de Vitória da Conquista é a Fábrica da Dilly Calçados, empresa fabricante de calçados, componentes e solados, investe em torno de R\$29,900 milhões gerando 1.500 empregos (BAHIA, 2006, p.59).

O setor calçadista vem crescendo, sobretudo há de se destacar a participação do governo do Estado no auxílio aos novos empreendimentos aqui instalados. Este processo é resultado de uma política de interiorização industrial implantada pelo governo. Entre os anos de 2003 e 2006, foram implantadas 30 novas unidades de produção de calçados e componentes, em dez municípios diferentes do interior baiano (BAHIA, 2006.p.174).

4.4 Novas perspectivas Industriais e geração de emprego em Vitória da Conquista.

A cidade de Vitória da Conquista esteve dependente muito tempo do seu comércio e do setor de serviços com poucas modificações no seu cenário econômico, principalmente no

que tange a indústria de transformação, mudando o seu quadro de implantação de novos empreendimentos na cidade a partir de ações do governo do Estado, utilizando as potencialidade da cidade e suas características de localização e mão – de – obra disponível.

Essas mudanças no quadro industrial de Vitória da Conquista têm como uma das causas à iniciativa do Governo do estado em atrair novos investimentos privados para a Bahia. O governo lança programas de incentivos, voltados para a indústria de transformação, procurando densificar e diversificar a produção do Estado (BALANCO; NASCIMENTO, 2006, p.10).

O governo do Estado da Bahia, a partir da década de 1990, lança vários programas de incentivos, visando à atração de indústrias como BAHIAPLAST, voltado para incentivo da transformação plástica, PROCOMEX, voltado para indústria de calçados e seus componentes entre outros programas. Todos os programas foram substituídos posteriormente por apenas um, o DESENVOLVE, (Programa de Desenvolvimento Industrial e de integração Econômica do Estado da Bahia), criado em 2002 substituindo os outros programas anteriores de benefícios fiscais setoriais, bem como procurar ampliar os objetivos propostos (LOURENÇO, PACHECO, 2003.p.16-17).

Segundo Menezes (2000, p. 470), o governo do Estado entra com sua participação em um novo processo produtivo no que tange a atividade industrial, com a intenção de induzir ou mesmo atrair novos empreendimentos e também com isto superar deficiências deixadas por ciclos anteriores de industrialização. Neste contexto, o governo do estado pretende viabilizar expansão da base produtiva anterior, com a elevação da produção de bens de consumo, verticalização da produção e articulação das cadeias produtivas. A de se destacar que a iniciativa do governo é de grande importância para interiorização das indústrias na Bahia, visto que sua maioria esta localizada na Região Metropolitana de Salvador desde o início da de 1970, estimular a geração de emprego no interior do estado, através da implantação de unidades de produção vinculadas a determinados setores industriais.

As empresas aqui instaladas são de médio e grande porte voltado para atividades industriais diferenciadas assumindo um papel relevante para o processo de desenvolvimento da Bahia, bem como para o município de Vitória da Conquista. As indústrias aqui instaladas, apoiadas por políticas do governo do estado foram beneficiadas principalmente por incentivos fiscais disponibilizados desde 1991, concessões financeiras diferenciadas, incentivos para infra-estrutura entre outros (PACHECO, 2007, p.55).

O setor industrial baiano começou a ter papel de destaque no cenário nacional, conseguindo aumentar seu produto interno bruto, com alguns resultados superiores à média do país. O desempenho industrial foi positivo entre os anos de 2000 e 2006, sobre tudo no que tange a indústria de transformação. Há de se destacar os anos de 2004 e 2005, período de melhor desempenho com crescimento de 9,6% em 2004 e 5,7% em 2005. (PACHECO, 2007.p.55).

Tabela 5: Taxa de evolução do PIB: Bahia - Brasil, 2000-2006.

Anos	Bahia	Brasil
2000	3,9 %	4,3 %
2001	1,0 %	1,3 %
2002	1,2 %	2,7 %
2003	2,3 %	1,1 %
2004	9,6 %	5,7 %
2005	5,7 %	2,9 %
2006	2,8 %	3,7 %

Fonte: IBGE, set 2007.

Observamos também o desempenho industrial do município de Vitória da Conquista através do seu PIB, destacando que houve um crescimento pequeno no período de 2000 a 2005, período este que novos empreendimentos se instalaram no município abrindo novos postos de trabalho.

Tabela 6: Taxa de participação do PIB: Vitória da Conquista- 2000-2005

ANO	AGRAOPECUARIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
2002	6,51 %	13,27 %	80.22 %
2003	5,7 %	12,85 %	81.45 %
2004	4,26 %	12,99 %	82.75 %
2005	4,37 %	14,16 %	81.46 %

Fonte: SEI/IBGE

ELABORAÇÃO PROPRIA

Comparando o PIB industrial com outros setores no mesmo período, constata-se que o PIB industrial ficou em segundo lugar em crescimento com 0,89 % . Em primeiro lugar vem o setor de serviços com um crescimento de 1,24 % . Cabe ressaltar que a participação da

indústria no PIB do município de Vitória da Conquista tem uma participação pequena, e mesmo com a ampliação de novos empreendimentos e geração considerável de postos de trabalho não mudou muito seus números. Contudo retoma seu crescimento que estava em um período recessivo entre 2002 e 2003.

Vitória da Conquista faz parte do eixo do Planalto Sudoeste, em que, também se destaca pela capacidade de atrair investimentos, gerando empregos. As principais cidades de eixo são Vitória da Conquista, Itapetinga e Jequié. Este eixo possui o maior numero de projetos, recebendo 23 empreendimentos, 4,5% do total de projetos previstos para a Bahia gerando 5426 empregos. (SEPLAN, 2006, p.103).

O setor calçadista tem como um de seus destaques principais a criação de postos de trabalho, no qual se pode observar uma maior participação na geração de empregos, em relação aos outros setores industriais no período que compreende os nos de 1999 a 2006.

Tabela 7: Investimentos industriais realizados por complexo de atividade e geração de emprego: Bahia1999-2006.

Complexo	Nº Projetos	(%)	Empregos	(%)
Agroalimentar	119	16,9	30.894	20
Atividade mineral e beneficiamento	38	5,4	5.372	3,5
Calçados / Têxtil / Confecções	119	16,9	51.540	33,4
Complexo Madeiro	35	5	15.592	10,1
Eletroeletronico	73	10,3	9.673	6,3
Metal-mecanico	80	11,3	13.377	8,7
Quimico-Petroquimico	110	15,6	6.270	4,1
Transformação Petroquimica	110	15,6	17.873	11,6
Reciclagem	5	0,7	276	0,2
Outros	17	2,4	3.305	2,1
Total	706	100	154.172	100

Fonte: SICM/Jornais diversos /

Elaboração: CAC/SEI

As indústrias Implantadas em Vitória da Conquista, receberam como parte dos incentivos para sua planta industrial, a disponibilização de estruturas, ou seja, serviços de infra-estrutura e obras civis e energia elétrica. Entre os anos de 2003 e 2006 duas indústrias que obtiveram este beneficio foram a Umbro Fonthe e Dilly. (SEPLAN, 2006.p.184-185)

Tabela 8: Infra-estrutura disponibilizada, Vitória da Conquista, Bahia-2003-2006.

EMPRESA	LOCAL	SERVIÇO	RECURSOS APLICADOS (R\$ 1.000,00)
Dilly	Vitória da Conquista	Energia Eletrica	8
Umbro Fonthe	Vitória da Conquista	Energia Eletrica	8
Dilly	Vitória da Conquista	Infra-Estrutura e Obras Civis	10.825
Total			11.118

Fonte: SICM/Astec/DVOI

Elaboração Própria

Em 2004, a SEPLAN – Secretaria do Planejamento- divulgou relatório das indústrias instaladas no município de Vitória da Conquista, que entraram em operação no período e também, relatou o numero de empregos gerados e segmento.

Tabela 9: Empresas que entraram em operação, Vitória da Conquista -2004.

Nome	Mão-deObra	Segmento
Indústrias Alimentos Maratá Ltda	80	Alimento e Bebidas
Dilly Nordeste Ltda	1500	Calçadista
Fonthe Nordeste Ind.Com.Calçados (KAPPA)	400	Calçadista
Umbro Nordeste Ind.Com. de Calçados Ltda.	800	Calçadista
Walter Bezerra de Souza	22	Plastico e Resinas
Total	2802	

Fonte: Fonte: SICM/DPI/DVMA//DVAR

Elaboração Própria

Entre as indústrias que entraram em operação no ano de 2004, o segmento calçadista foi o que mais disponibilizou postos de trabalho cerca de 96,3 % dos empregos gerados, sendo que o restante das indústrias contribuíram com 3,7%.

Tabela 10: Porcentagem de geração de emprego por indústria instalada.
Vitória da Conquista -2004.

Nome	Mão-deObra	Segmento	(%) empregos
Indústrias Alimentos. Maratá Ltda	80	Alimento e Bebidas	2.9
Dilly Nordeste Ltda	1500	Calçadista	53.5
Fonthe Nordeste Ind.Com.Calçados (KAPPA)	400	Calçadista	14.3
Umbro Nordeste Ind.Com. de Calçados Ltda.	800	Calçadista	28.5
Walter Bezerra de Souza	22	Plastico e Resinas	0.8
Total	2802		100

Fonte: Fonte: SICM/DPI/DVMA//DVAR
Elaboração Própria

Em 2006, a SEPLAN – Secretaria de Planejamento – também divulgou relatório das empresas implantadas no município de Vitória da Conquista, bem como, os protocolos de intenção de empresas que deveram ser instaladas.

Foi implantada no município, Revani Cosméticos, empresas do segmento de cosméticos, que disponibilizou 66 novos postos de trabalho.

Tabela 11: Empresas em Implantação por segmento, Vitória da Conquista- 2006.

Nome	Segmento	Mão-de-Obra
Brascov	Alimentos e bebidas	100
Gerquimica	Material de limpeza	12
Aluminio e Artefatos Bahia	Metal / Mecanico	52
Cia. Brasileira de Bentonita	Mineral	120
Atp Industrial	Moveleiro/Madereiro	41
Cesbap	Plasticos e Resinas	61
Plaschio	Plasticos e Resinas	80
Engeflex Bahia	Quimico e Petroquim.	175
Total		641

Fonte: SICM
Elaboração Própria

Estas empresas deveriam gerar 641 novos postos de trabalho, somando-se os 66 postos de trabalho da Revani Cosméticos, previa-se um crescimento em relação ao ano de 2004 de 25,2% em empregos.

Segundo o ASCOM – Associação Comercial da Bahia – O “Pólo” Industrial do município de Vitória da Conquista, reunia em 2007 56 empresas, abrangendo variados segmentos, entre eles, o de plástico, tubos e conexão, estofados, movelaria, material de higiene e limpeza, e também de material esportivo e calçadista.

O “Pólo” emprega um total de 4300 pessoas, sendo que 2500 postos de trabalho são gerados pela indústria de calçados e material esportivo. Por tanto cabe o destaque para a indústria calçadista que é responsável por 58,1% dos postos de trabalho na indústria do município.

CONCLUSÃO.

Esta monografia teve seu estudo pautado em mostrar a implantação de novas Indústrias no município de Vitória da Conquista, proporcionado pela política do Governo do Estado da Bahia, e que estes novos empreendimentos impactam na economia do município, como é o caso da evolução do seu PIB e também a geração de novos postos de trabalho.

O governo do estado da Bahia pretendia com seu programa gerar um crescimento econômico e também promover o desenvolvimento regional no município

De acordo com Pereira (2003, p.31) há uma interdependência entre os fatores determinantes do desenvolvimento, ou seja, um fator depende de outro para que em conjunto seja possível acontecer às mudanças necessárias do processo. Em uma sociedade, suas relações são constituídas por fatores econômicos, como também fatores sociais e políticos. Deste modo quando algumas das relações sofrem alterações, conseqüentemente as outras receberão as influencias das modificações. Havendo modificações reais na estrutura econômica, estas repercutirão nas estruturas políticas e sociais e vice-versa.

Segundo Furtado (1983, p.78) o conceito de desenvolvimento compreende a idéia de crescimento, ou seja, é necessário o crescimento de uma estrutura, chamada por ele de estrutura complexa, que abrange vários fatores econômicos e sociais.

O crescimento econômico esta relacionado com a quantidade de bens e serviços que um município produz e o desenvolvimento se relaciona com a qualidade de vida gerada por este crescimento com aspectos de distribuição de renda.

O estudo feito confirma a hipótese inicial, uma vez que, a implantação dos empreendimentos no município mostra o crescimento industrial no período, mostrado pela evolução do PIB, mesmo que de forma tímida, e também demonstra que as novas indústrias geraram um número considerável de postos de trabalho.

Outros pontos positivos são a interiorização de indústrias, a inclusão de novos segmentos industriais implantados na região de Vitória da Conquista, como é o caso do setor calçadista e o segmento de plástico. O destaque vai para o setor de calçados intensivo em mão-de-obra.

Neste contexto também há pontos negativos, entre eles a busca por mão-de-obra barata que justificassem uma redução nos custos de produção e conseqüentemente o

aumento de lucros. Isso mostra que estas indústrias empregam muitas pessoas com baixos salários, procurando explorar o máximo de seus trabalhadores amparados pela falta de sindicatos que defendam os trabalhadores como ocorre nas regiões Sul e Sudeste do País.

Outro ponto negativo da indústria calçadista é a alta rotatividade dos empregados deste tipo de indústria, ou seja, o setor emprega muitos funcionários, mas estes não permanecem por muito tempo no emprego, devido ao desgaste proporcionado por este tipo de produção.

Os novos empreendimentos aqui instalados deram uma nova dinâmica industrial no município, no que tange o número de postos de trabalho, já que, a indústria de calçados e artigos esportivos são intensivos em mão-de-obra. Mas o crescimento industrial e a sua importância para a construção do PIB municipal foram relativamente pequenos, com crescimento entre os anos de 2002 e 2005 de apenas 0,89 %.

O PIB municipal abrange o setor de serviços, agropecuária e industrial, em que a participação maior é do setor de serviços com 81,46 % e em segundo lugar o setor industrial com 14,16 % no ano de 2005. A participação do PIB industrial em 2002 era de 13,27 %, o que leva a concluir que o impacto no crescimento do PIB foi pouco significativo.

Em 1993, a indústria do município era composta pelo Distrito Industrial dos Imbores, onde aqui se encontrava instaladas 20 empresas com 566 postos de trabalho, mostrando em sua dinâmica industrial que não era intensiva em mão-de-obra.

O principal aspecto deste estudo é que do total de indústrias do município no ano de 2007, que reúne 56 empresas, é que apenas três novos empreendimentos aqui instalados são responsáveis por quase 60% de todos os empregos da indústria do município.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. 8 ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.

AMARAL FILHO, Jair do. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional**. XXVII Encontro Nacional de Economia, Ampec, dez. 1999.

AMARAL FILHO, Jair do. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local**. Ceará: 2001.

Disponível em: <<http://www.ipea.go.br/pub/ppp/ppp23/parte7.pdf>>. Acesso em: 13 Jun. 2007.

AVENA, Armando. Bahia: uma nova configuração econômica. In: AVENA, Armando. (Org). **Temas estratégicos-subsídios para a formulação de políticas públicas 2006**. Salvador: Seplan, 2006.

AVENA, Armando. Nota do Organizador Bahia: O planejamento como instrumento de desenvolvimento. **Bahia século XXI**. Salvador: Seplanteq, 2002.

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. **Posicionamento Estratégico Situacional da Indústria Calçadista**. Série de Estudos Estratégicos. Salvador. SEPLANTEC, 2000. Disponível em: <http://www.seplanteq.ba.gov.br/Livro2%5C07cap03.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2008.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. **Bahia: Investimentos Industriais Previstos 2005-2008**. Salvador: SEPLAN. 2006. (Série de Políticas Públicas nº09).

BAHIA. Secretaria do Planejamento. **Bahia que faz: Densificação da base Econômica e Geração de Emprego e Renda**. Salvador, SEPLAN, 2006. Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/rel_atividades2006/pdf/industria.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2008.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. **Bahia que faz: Densificação da base Econômica e Geração de Emprego e Renda**. Salvador, SEPLAN, 2004. Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/rel_atividades2004/html/pdf/vol.2/Bahia%20que%20faz/3%20Industria.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2008.

BALANCO, Paulo Antonio de Freitas. NASCIMENTO, Marcelo Xavier dos. **Comportamento espacial e estrutural da indústria baiana no período 1994-2003**. Salvador. Revista Desenharia. V.3, n. 5, p.7-30. set. 2006.

BENKO, Georges. **Economia Espaço e Globalização na aurora do século XXI**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

CARVALHO NETO, Jose Francisco de. Apresentação. **Bahia século XXI**. Salvador: Seplanteq, 2002.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. **Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização**. Salvador: DESENBÁHIA, 2000. Disponível em: <http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/{154AA74B-1E28-8AD7-BE98567026BE} Producao Teorica .pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2007.

DARZE FILHO, Elias. **A problemática da verticalização com adensamento e articulação da estrutura industrial da Bahia**. UNIFACS, 2002. Disponível em: <http://www.unifacs.br/cedre/cadernos/cadernospdf/CARNEspecial.pdf#page=28>>. Acesso em: 09 jun. 2007.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril cultural, 1983. (Coleção os Economistas)

HARVEY, David. **Condição Pós Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

LIMA, Adelaide Motta. LOPES, Vitor. **Municípios baianos em destaque: três vias de desenvolvimento local no Estado da Bahia**. Revista Desenbahia. Salvador. v. 2, n. 4, mar., 2006. Disponível em: http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/%7BFE8BE56E-C9FB-439D-90AD-80986A4AB41F%7D_Revista4%20final2.pdf#page=113>. Acesso em: 09 de dezembro. 2007.

LOPES, Roberto Paulo Machado. **Cluster de Ensino Superior: uma estratégia alternativa de desenvolvimento**. Conjuntura & Planejamento. Salvador. SEI, p27-33. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/conj_planejamento/pdf/c&p96/pag27-33.pdf>. Acesso em: 06 de dezembro de 2007.

LOPES, Simões Lopes. **Desenvolvimento Regional**. 5.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

LOURENÇO, Roberta. PACHECO, Fabiana. **A política de atração de investimento indústrias na Bahia: uma breve análise**. Conjuntura & Planejamento. Salvador. SEI, n.107, p13-20, Abr.2003. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/conj_planejamento/pdf/c&p107/03.pdf>. Acesso em: 06 de maio de 2006.

MENEZES, V. **O Comportamento Recente e os Condicionantes da Evolução da Economia Baiana**. In: Tendências da Economia Baiana. Salvador, SEPLANTEC, pp. 469-481, (Série Estudos Estratégicos), 2000.

OLIVEIRA, Jacson Tavares de. MOREAU, Ana Maria Souza dos Santos, MENEZES, Agna Almeida. PAIVA, Arlicélio de Queiroz. MESSIAS, Thiara. **Modificações ambientais e socioeconômicas decorrentes do desenvolvimento da cafeicultura em Barra do Choça**. Bahia Agric. V8, n1, nov. 2007. Disponível em: http://www.seagri.ba.gov.br/pdf/4_socioeconomia05v8n1.pdf>. Acesso em: 06 de dezembro de 2007.

PACHECO, Fabiana. **Análise sobre os investimentos industriais realizados na Bahia por complexo de atividade 2000-2006.** Conj. & Planej. Salvador, SEI n.156, p.54-61, jul./set. 2007. Disponível em:
http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/conj_planejamento/pdf/c&p156/06%20-%20an%C3%A1lise%20sobre%20os%20investimentos.pdf

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e Crise no Brasil.** 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Secretaria municipal de finanças. Disponível em:
<http://www.pmvc.com.br>

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia.** 14ª. Ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2004.

SAMPAIO, Elias de Oliveira. A Noção de Espaço e Suas Representações Analíticas. In: SEPÚLVIDA, O. G.; PEDRÃO, F. (Org). **Reflexões de Economistas Baianos 2005.** Salvador: CORECON, 2005.

SANTOS, Ângela Maria Medeiros M. CORRÊA, Abidack Raposo. ALEXIM, Flávia Menna Barreto. PEIXOTO, Gabriel Barros Tavares. **Deslocamento de empresas para os Estados do Ceará e da Bahia: O caso da indústria calçadista.** Rio de Janeiro, BNDES, Setorial, 2002. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset/set1503.pdf>>. Acesso em: 24 de dezembro de 2007.

SCHUMPETER, Joseph A. **A teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Abril cultural, 1982. (Coleção os Economistas)

SEIA-Sistema Estadual de Informações Ambientais da Bahia. **Licenciamento por pólo** Salvador. Disponível em: <https://www.seia.ba.gov.br/noticias.cfm?idnoticia=3635>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2007.

UDERMAN, Simone. **A indústria de transformação na Bahia: características gerais e mudanças estruturais recentes.** Revista Desenbahia. Salvador. 2005. Disponível em:
http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/%7BE0485D24-F6A2-4255-8330-ACAAF9485E50%7D_Transforma%C3%A7%C3%A3o%20PI%C3%A1stica.pdf>. Acesso em: 24 de dezembro de 2007.

UDERMAN, Simone. Planejando o desenvolvimento industrial: considerações metodológicas sobre a formação de políticas de intervenção na Bahia. **Bahia século XXI.** Salvador: Seplanteq, 2002.

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, disponível em www.uesb.br

VIEIRA,Edmundo.CAVALCANTE,Ricardo.MACEDO,Walter.**Economia baiana:Desempenho e Perspectivas**.Salvador.Desembahia.2000. Disponível em:

http://www.desembahia.ba.gov.br/recursos/news/video/%7B6770E07C-D0D6-49CA-847B-0889C719758C%7D_Economia_Baiana.pdf

>. Acesso em: 24 de outubro de 2007.

WANDERLEY, L.A. Globalização, desenvolvimento regional e novos cenários da economia. In: SEPÚLVIDA, O. G.; PEDRÃO, F. (Org). **Reflexões de Economistas Baianos 2005**. Salvador: CORECON, 2005.